



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Ciências Econômicas

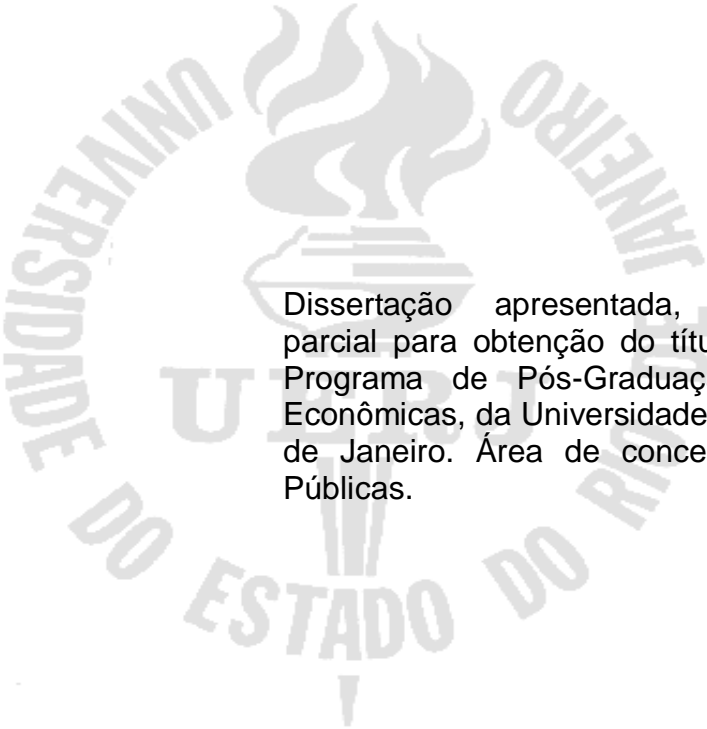
Luciana da Cruz Thomazi

**Uma Análise da Desigualdade de Crédito entre os Municípios
do Rio de Janeiro – 2000 a 2009**

Rio de Janeiro
2012

Luciana da Cruz Thomazi

**Uma Análise da Desigualdade de Crédito entre os Municípios
do Rio de Janeiro – 2000 a 2009**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula

Rio de Janeiro
2012

Luciana da Cruz Thomazi

Uma Análise da Desigualdade de Crédito entre os Municípios do Rio de Janeiro – 2000 a 2009

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovado em _____

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Jorge Natal
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Dra. Ângela Moulin Simões Penalva Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Antônio Salazar Pessoa Brandão
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Rogério Sobreira
Fundação Getúlio Vargas - FGV

Rio de Janeiro
2012

Uma Análise da Desigualdade de Crédito entre os Municípios do Rio de Janeiro – 2000 a 2009

Autor: **LUCIANA DA CRUZ THOMAZI**

Orientador: Prof. Dr. **LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA**

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a distribuição regional do crédito no estado do Rio de Janeiro, em particular o comportamento de agências e a distribuição do movimento financeiro bancário, e suas relações com a dinâmica de desenvolvimento econômico no estado do Rio de Janeiro. Para cumprir com este objetivo foram construídos indicadores a partir de dados relativos à atividade econômica e do balanço consolidado das agências bancárias dos 92 municípios fluminenses para o período de 2000 a 2009. Através da análise destes indicadores conclui-se que a despeito da forte concentração econômica e de crédito na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, as cidades do interior vem apresentando um dinamismo diferenciado evidenciando certa tendência à desconcentração do crédito, acompanhando a tendência de desconcentração econômica, reforçando a relação entre desenvolvimento econômico e financeiro e a concepção de que o movimento financeiro se concentra no entorno de cidades de forte dinamismo econômico.

Palavras-chave: Setor Bancário. Desenvolvimento econômico. Crédito. Estado do Rio de Janeiro.

An Assessment of Credit Inequality between the Cities of the State of Rio de Janeiro

Autor: **LUCIANA DA CRUZ THOMAZI**

Orientador: Prof. Dr. **LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA**

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the regional distribution of credit in the state of Rio de Janeiro, in particular the behavior of agencies and the distribution of financial turnover banking and its relations with the dynamics of economic development in the state of Rio de Janeiro. To reach this objective, indicators were built from data on economic activity and the consolidated balance sheet of banks of 92 municipalities of Rio de Janeiro for the period 2000 to 2009. Through the analysis of these indicators is concluded that despite the strong economic concentration and credit in the metropolitan area of the state of Rio de Janeiro, the inner cities have shown a dynamic differentiated from the metropolitan area showing a certain tendency towards decentralization of credit, following the trend of economic decentralization, strengthening the link between economic and financial development and the design that focuses on financial flow around cities with strong economic dynamism.

Keywords: Banking sector. Economic development. Credit. State of Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Vários são os colaboradores deste trabalho, seja na forma de incentivo e companheirismo, seja via orientações e ensinamentos.

Primeiramente, agradeço a Deus pela saúde que possuo pilar fundamental de minhas ações, aos meus pais e ao meu irmão pelo incentivo ao estudo e pela paciência.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Luiz Fernando, que com sua paciência e perseverança não me deixou desistir, viabilizando esse trabalho. Também agradeço aos professores Ângela Moulin Simões Penalva Santos (UERJ) e Jorge Natal (UFRJ) pela presença na banca de defesa. Agradeço também ao Prof. Rogério Sobreira (FGV) e ao Prof. Antonio Salazar Pessoa Brandão (UERJ) pela presteza em atender ao convite como suplentes.

A vocês meu muito obrigado!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 REVISÃO DA LITERATURA: MOEDA, CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	10
1.1 Introdução	10
1.2 Relação entre desenvolvimento econômico e financeiro	11
1.3 Moeda e crédito sob a ótica regional	14
1.4 Conclusão	21
2 ECONOMIA FLUMINENSE: UMA BREVE AVALIAÇÃO DO PERÍODO RECENTE	22
2.1 Introdução	22
2.2 Um panorama geral da economia fluminense.....	23
2.3 Cenário econômico das regiões fluminense.....	25
2.4 Conclusão	36
3 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO ATENDIMENTO E DO CRÉDITO BANCÁRIO NO RIO DE JANEIRO.....	39
3.1 Introdução.....	39
3.2 Sistema bancário – um breve histórico.....	39
3.3 Estratégias bancárias diferenciadas no espaço: o caso do Rio de Janeiro.....	50
3.3.1 <u>O tamanho regional do sistema bancário fluminense</u>	52
3.3.2 <u>Estratégias bancárias regionais</u>	55
3.3.2.1 Preferência pela liquidez dos bancos.....	55
3.4 A distribuição regional do crédito	59
3.4.1 <u>Índice regional de crédito</u>	62
3.4.2 <u>Número de agências e atendimento bancário</u>	64
3.5 Conclusão	68
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

A partir da estabilização monetária o sistema bancário do Brasil passou por uma aceleração do processo de consolidação, impulsionado pelo fim do ganho inflacionário e por programas governamentais como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária). O objetivo principal destes programas era tornar o sistema bancário menos vulnerável a choques. Desta forma, a partir de 1994 observam-se no Brasil dois movimentos: concentração geográfica das agências e redução do número de sedes bancárias, resultado do processo de fusões e aquisições, além das liquidações, também com concentração regional.

No que tange à concessão do crédito, os bancos atuam de forma a obter a maior gama de informações possíveis do tomador, visando reduzir sua exposição ao risco. Os bancos também possuem preferência pela liquidez e buscam se proteger de situações onde a informação disponível é baixa ou de qualidade ruim. Todavia, em um território de regiões centrais e periféricas, onde a periferia, além de ter um menor grau de desenvolvimento, se caracteriza por ser mais instável, é natural supor que os bancos disponibilizem maior volume de recursos para a região central. Com a consolidação do setor bancário, e conseqüente redução de agências e fechamento de sedes nas periferias, a informação sobre estas regiões passa a ser ainda mais difícil para os bancos sediados no centro. Este mecanismo tende a reduzir o crédito concedido justamente para as regiões menos desenvolvidas, retroalimentando um processo de desigualdade.

No entanto, este não é um processo sem maiores implicações para o resto da economia. Existe um conjunto de trabalhos no âmbito internacional que busca identificar a relação existente entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Existem indícios apontando para um efeito positivo e relevante do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico e, além disso, já se pode tomar como consensual a importância do sistema bancário e do crédito para o bom funcionamento da economia.

No Brasil, a literatura econômica nacional acompanhou esse debate fazendo análises sobre a realidade brasileira. Conforme estudo de MATOS (2002) e ARAÚJO e DIAS (2006), o desenvolvimento do sistema financeiro afeta positivamente a taxa de crescimento da economia brasileira. Trabalhos usando técnicas econométricas diversas mostraram que é positiva a causalidade entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico para o país, contrariamente ao trabalho de Reichstul e Lima (2006), que identificou uma causalidade bidirecional entre as duas variáveis.

Nessa linha, a presente dissertação tem por objetivo analisar a distribuição regional do crédito no estado do Rio de Janeiro, em particular o comportamento de agências e a distribuição do movimento financeiro bancário, e suas relações com a dinâmica de desenvolvimento econômico. Para tanto, foram elaborados indicadores com base nos dados do balanço consolidado das agências bancárias, além de dados relativos à atividade econômica de todos os municípios fluminenses para o período de 2000 a 2009. Os resultados obtidos revelam que, apesar da concentração econômica e de crédito na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, as cidades do interior vem apresentando um dinamismo diferenciado evidenciando certa tendência à desconcentração do crédito, acompanhando o movimento de crescimento da atividade econômica nesses municípios, reforçando a relação entre desenvolvimento econômico e financeiro.

Assim sendo, a principal contribuição desta dissertação está em mostrar a relação entre crédito e atividade econômica sob uma perspectiva local, e que o movimento financeiro se concentra no entorno de cidades de intensa concentração populacional e de forte dinamismo econômico.

A dissertação está dividida em 3 capítulos, além desta introdução e da conclusão. No capítulo 1 é apresentado o arcabouço teórico acerca da relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico, mostrando a relevância do setor bancário, assim como uma descrição do processo de consolidação do segmento bancário e de alguns determinantes na decisão quanto à concessão de crédito. O segundo capítulo apresenta um panorama geral da economia fluminense, analisando o desempenho das regiões que a compõem, destacando os municípios que correspondem a polos regionais de desenvolvimento. O capítulo 3 trata da distribuição regional do crédito e do atendimento bancário no Rio de Janeiro a partir da análise de indicadores de depósitos, operações de crédito, empréstimos,

financiamentos e número de agências. Por fim, na última parte, estão relacionadas às conclusões da dissertação.

Capítulo 1

REVISÃO DA LITERATURA: MOEDA, CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1.1. Introdução

Este capítulo objetiva analisar, a partir da literatura, a relação entre moeda, crédito e desenvolvimento regional, enfatizando em particular os efeitos do processo de concentração bancária na decisão dos bancos quanto à oferta de crédito em um determinado momento do tempo. Os bancos estão continuamente escolhendo um volume a ser ofertado, de forma a adequar seu portfólio de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que acreditam ser ideal diante das expectativas que possuem quanto ao futuro.

No entanto, o setor bancário brasileiro tem passado por forte processo de consolidação desde 1997, alterando a forma como o mercado está estruturado, o que resulta em um ambiente de menor concorrência. Este novo ambiente acarreta alterações sobre a decisão de conceder crédito.

Por fim, este movimento ganha ainda mais relevância pela importância que o sistema financeiro, especificamente o sistema bancário no foco do presente trabalho, possui sobre o desempenho da economia. Se o desenvolvimento do sistema financeiro impacta positivamente o crescimento econômico e se o crédito é ferramenta importante para o bom desempenho da economia, cabe avaliar quais efeitos a consolidação do setor bancário tem tido sobre o crédito.

Desta forma, neste capítulo será tratada a teoria referente à relação entre desenvolvimento financeiro e econômico, a importância do sistema bancário e do crédito neste processo, e a relação entre moeda/crédito e a desigualdade regional. Para isso está dividido em três seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção aborda a relação entre desenvolvimento financeiro e econômico, tanto a questão da relevância do sistema financeiro, quanto à direção de causalidade entre ambos. A segunda seção trata do processo de consolidação do

setor bancário e dos determinantes da decisão bancária de concessão do crédito. Por fim, terceira seção analisa a relação entre moeda e crédito na ótica regional.

1.2. Relação entre desenvolvimento econômico e financeiro

Desde a publicação do trabalho de KING e LEVINE (1993) reascendeu o debate na teoria econômica sobre a relação entre desenvolvimento financeiro e econômico. E vários trabalhos empíricos têm sido realizados para comprovar a existência dessa relação. Apesar de os economistas concordarem que o crédito é ferramenta importante para o desenvolvimento econômico, não há consenso acerca da direção da causalidade; isto é, se o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento financeiro ou se a causalidade seria inversa. Ainda há divergências sobre este ponto, haja vista que existem trabalhos que apontam tanto para uma quanto para a outra direção de causalidade, assim como para uma possível bicausalidade¹.

O trabalho de LEVINE (1997) analisa os fatores que levam ao surgimento e desenvolvimento do sistema financeiro, assim como os impactos deste sobre o desenvolvimento econômico. De acordo com esse autor, os mercados e as instituições financeiras surgem para minimizar os custos de transação e os custos para obtenção da informação. Dessa forma, as principais funções de tais instituições são: i) facilitar a troca de bens e serviços; ii) alocar recursos; iii) monitorar os administradores e exercer controle corporativo; iv) mobilizar a poupança; e v) facilitar a troca, proteção e diversificação do risco.

O sistema financeiro, ao exercer essas funções, reduzindo os custos de transação e de obtenção da informação, consegue alterar a taxa de poupança e realocá-la entre diferentes capitais, afetando a acumulação de capital e consequentemente a taxa de crescimento da economia.

Para viabilizar as funções supracitadas, os bancos também devem prover liquidez aos ativos, bem como informações. Liquidez pode ser entendida como a capacidade de converter ativos em poder de compra. As incertezas associadas à

¹ DEMETRIADES e HUSSEIN (1996) obtiveram evidências de bicausalidade no estudo que realizaram com 16 países, já ARESTIS e DEMETRIADES (1997) concluíram que os resultados obtidos variam substancialmente entre os países analisados.

capacidade de conversão dos ativos em meios de troca geram o chamado risco de liquidez. Tais incertezas estão relacionadas à assimetria de informação e custos de transação (LEVINE, 1997).

Desta forma, mercados de capitais líquidos são aqueles cujos custos associados à comercialização de instrumentos financeiros são menores e onde há menor incerteza quanto ao prazo e à liquidação destas trocas. Quanto menor for os custos de transação nos mercados de capitais, maior será o volume de investimentos em projetos de baixa liquidez e elevados retornos.

Já o bom funcionamento do sistema bancário, ao demandar depósitos e ao escolher um pool apropriado de investimentos, proporciona um ambiente mais seguro aos poupadores contra riscos de liquidez, ao mesmo tempo em que favorece investimentos de longo prazo em projetos de retorno mais elevado. Para LEVINE (1997), a capacidade do sistema financeiro em prover serviços de diversificação do risco pode afetar o crescimento de longo prazo da economia, por alterar a alocação de recursos e as taxas de poupança.

Assim, os bancos têm a função e o potencial de diluir o risco, possibilitando investimentos em projetos de longo prazo, conseqüentemente, o sistema bancário impacta o desenvolvimento de uma região.

Para Schumpeter (1911) o investimento requer adiantamento de recursos financeiros (através de crédito). Dessa maneira, o investimento precede o crescimento por meio de uma dinâmica própria: começa com a procura de uma oportunidade de lucro extranormal, mas se espalha através da imitação. Portanto, a busca por novas oportunidades de investimento é a forma natural de evolução do capitalismo, ou seja, em última instância, os bancos exercem influência sobre a taxa de inovação da economia e, portanto, do crescimento.

Para Becsi e Wang (1997), o canal de transmissão entre o crescimento econômico e sistema financeiro reside no fato que esse último pode aumentar tanto a quantidade quanto a qualidade do investimento agregado. A quantidade dos investimentos aumenta devido às economias de escala, visto que o sistema financeiro reduz os custos envolvidos em uma transação financeira e, dessa forma, consegue captar mais recursos que podem ser utilizados em investimentos no setor privado. Já a qualidade dos investimentos aumenta porque o intermediário financeiro está mais disposto a financiar projetos mais arriscados (possuem uma rentabilidade esperada mais elevada) do que um poupador individual, pois este último possui

aversão ao risco. O intermediário se beneficia de sua escala de produção (especialização), já que essa lhe permite diversificar sua carteira de investimentos, diluindo o risco.

LEVINE e ZERVOS (1998) encontraram evidências de que o sistema bancário e o mercado de capitais se complementam e são fatores importantes no desenvolvimento econômico de longo prazo. De forma mais detalhada, a liquidez do mercado de capitais e o grau de desenvolvimento bancário são positivamente correlacionados com as taxas de crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade. Já o trabalho de REICHSTUL e LIMA (2006) conclui pela existência de uma causalidade bidirecional entre as duas variáveis.

RAJAN e ZINGALES (1998) também destacam a relevância do sistema bancário para o desenvolvimento econômico, indicando que o mercado e as instituições financeiras ajudam a firma a superar problemas de risco moral e seleção adversa², reduzindo seu custo em tomar dinheiro de agentes externos. Para LEVINE (1997, p. 689), há evidências de que “o nível de desenvolvimento financeiro é um bom preditor das futuras taxas de crescimento econômico”. Uma questão que requer pesquisas adicionais envolve o impacto do nível e da taxa de crescimento da economia no sistema financeiro, inclusive no que tange ao sistema bancário. O autor também cita alguns fatores, tais como o sistema legal do país e as instituições políticas, que impactam tanto o desenvolvimento financeiro quanto o econômico, em especial nos momentos críticos do ciclo econômico.

Em oposição a essas posições, JOAN ROBINSON (1952) argumenta que o crescimento da atividade bancária é irrelevante, pois resulta naturalmente do aumento geral das transações de troca que decorrem do crescimento econômico ou do desenvolvimento industrial. Isso significa que é o crescimento da economia que afeta a configuração do sistema financeiro porque implica aumentos da demanda por serviços financeiros que se originam da dinâmica da atividade econômica (ARESTIS e DEMETRIADES, 1998, p. 6).

Evidências da relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico também foram obtidas para o Brasil. Os resultados do

² Seleção adversa refere-se a maior probabilidade de tomadores com risco de crédito elevado demandem crédito, aumentando, assim, a probabilidade de que estes sejam selecionados. Sabendo dessa relação, os emprestadores podem decidir não conceder empréstimos, pois não conseguem distinguir os bons dos maus tomadores de crédito. Risco moral ocorre devido ao risco de os tomadores de crédito se engajarem em atividades indesejáveis, pois tais atividades reduzem a probabilidade de que o empréstimo seja honrado. (SILVA e PORTO JR, 2006).

trabalho de MATOS (2002) dão suporte empírico à existência de impactos diretos e unidirecionais do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico. Em outro estudo, ARAÚJO e DIAS (2006), formalizaram um modelo no qual o crescimento da economia é função do estoque de capital e de variáveis monetárias, tais como reservas bancárias. Choques positivos na taxa de juros e no imposto inflacionário afetam negativamente a taxa de crescimento da economia, mas não têm efeito permanente sobre essa taxa. Por outro lado, elevações nas reservas bancárias acarretam reduções permanentes na taxa de crescimento da economia.

MISSIO *et al* (2009) fizeram um trabalho no mesmo sentido, ou seja, o de analisar empiricamente a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico para os 26 estados da federação e o distrito federal. As evidências encontradas corroboram os resultados encontrados por Matos e Araújo e Dias, sugerindo uma relação positiva entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico.

Sem ter o objetivo de esgotar esta questão aqui, a assertiva estatística é suficiente para a abordagem da questão, ou seja, a evidência de relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico independente da direção da causalidade é suficiente para os propósitos desta dissertação.

1.3. Moeda e crédito sob a ótica regional

Como visto na seção anterior, há uma estreita relação entre desenvolvimento econômico e financeiro. Dessa forma, o desenvolvimento de uma determinada região está de alguma forma associado ao desenvolvimento financeiro da mesma. Para CROCCO *et al* (2006), as instituições financeiras, em especial os bancos, são fundamentais para explicar as desigualdades entre as regiões em termos de desenvolvimento econômico³. Por esta razão, devemos levar em conta os aspectos financeiros na análise das questões regionais.

Entretanto, os estudos sobre a questão regional tem se caracterizado pela análise do comportamento das variáveis reais da economia (produção, emprego, salários etc.), negligenciando-se as variáveis monetárias e financeiras. Esta perspectiva pode ser justificada por três fatores (AMADO, 1997, p. 418):

³ Durante a ditadura militar foram criados bancos regionais com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local.

i) a influência das escolas convencionais de Economia nos estudos regionais, visto que, essas escolas caracterizam a moeda como um elemento neutro, sendo incapaz de afetar as variáveis reais da economia; em função disto, o sistema monetário e financeiro seria um mero intermediário entre poupadores (unidades superavitárias) e investidores (unidades deficitárias), sendo, tal como a moeda, neutro em relação ao comportamento das variáveis reais;

ii) a aceitação, por parte daqueles que divergem das hipóteses das escolas convencionais, da concepção horizontalista de oferta de moeda. De acordo com essa concepção a oferta de moeda é perfeitamente elástica, sendo capaz de variar para atender a qualquer padrão de demanda por moeda; desta forma, a oferta de moeda não possuiria a capacidade de afetar a dinâmica real da economia, visto que sempre se ajustaria à demanda;

iii) a ausência de dados satisfatórios para uma análise da questão regional sob a ótica financeira e monetária.

Apenas o último fator, entre os listados anteriormente, pode ser considerado como limitador de análises monetárias e financeiras dos problemas regionais, visto que existem teorias alternativas às visões apresentadas nos itens (i) e (ii).

As diferenças regionais de renda podem ser explicadas por fatores estruturais, entretanto, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e pela ampliação dessas diferenças quando se adota uma abordagem na qual moeda e bancos não são neutros para o desenvolvimento regional.

De acordo com RODRIGUEZ-FUENTES (2006) existem duas dimensões de análise na discussão monetária regional. Uma perspectiva que considera a moeda exógena, denominada enfoque estrutural e a outra que considera a moeda endógena.

A segunda abordagem considera que o banco faz a gestão de seus ativos visando obter o melhor portfólio diante de suas expectativas, tanto para a economia quanto para o retorno dos ativos, ajustando o portfólio em um “*trade off*” entre liquidez e rentabilidade (PAULA e ALVES JR., 2003).

Os bancos, assim como todos os agentes, possuem preferência pela liquidez⁴, que é maior quanto mais incerto for o futuro. Assim, a preferência pela

⁴ Para Keynes (1992: pp.138), “a preferência pela liquidez é uma potencialidade ou tendência funcional que fixa a quantidade de moeda que o público reterá quando a taxa de juros for dada”. Além disso, a condição necessária sem a qual não existiria a preferência pela liquidez como meio de conservação da riqueza é a existência de

liquidez dos bancos, que afeta a sua disposição em emprestar, e a preferência pela liquidez do público, que influencia o seu desejo tanto de tomar emprestado quanto de aplicar em ativos ilíquidos, são determinantes da demanda e oferta de crédito. A importância da preferência pela liquidez está na determinação da taxa de juros cobrada pelo crédito e disponibilidade do mesmo. Quanto maior a preferência pela liquidez do público, maior será a taxa de juros na qual o agente estará disposto a aplicar em ativos ilíquidos. Da mesma forma, quanto maior a preferência pela liquidez dos bancos, maior será a taxa de juros pela qual o banco estará disposto a emprestar.

Em termos regionais, a oferta de crédito será maior quanto menor for a preferência pela liquidez por parte dos bancos, isto é quanto mais elevada for a confiança dos mesmos em relação ao desempenho futuro da economia da região e aos tomadores de empréstimo. De acordo com MENEZES et al.(2007), o mercado por si só, mesmo se submetido a incentivos, não corrige tais distorções, o que pode requerer regulamentações financeiras específicas e ações estatais.

Na análise da influência da moeda sobre a desigualdade econômica regional, DOW (1993) considera dois tipos de regiões: uma periférica e outra central.

A economia periférica é mais volátil e instável, com predominância do setor primário, manufatura menos desenvolvida tecnologicamente em relação ao centro, baixo grau de sofisticação do sistema financeiro, menor nível de renda e maior participação do setor informal. Uma economia na qual seu dinamismo seria determinado a partir do volume de exportações para o centro (ALMEIDA, 2007). A tentativa de desenvolvimento através da concessão de empréstimos e subsídios tende ao fracasso por ser incapaz de gerar uma economia autogeradora; ao contrário, é uma estratégia com propensão a perpetuar ou mesmo acentuar a dependência de regiões ou países. Essas características provocam uma maior incerteza em relação ao desempenho econômico dessa região, implicando maior preferência pela liquidez.

Por outro lado, um centro econômico apresenta uma economia mais desenvolvida e diversificada, com a presença de um sistema financeiro mais sofisticado. Uma região com o predomínio dos setores secundário e terciário, onde se localizam as sedes das instituições financeiras, o que teria como resultado maior

incerteza quanto ao futuro das taxas de juros. Assim, em períodos de maior incerteza, o prêmio para ativos relativamente mais líquidos irá aumentar em relação aos ativos menos líquidos.

facilidade na concessão do crédito no centro. Essas características determinam maior disposição dessas regiões para demandar e conceder crédito, implicando menor preferência pela liquidez.

Cria-se, assim, um processo de causação cumulativa, onde a redução da preferência pela liquidez do centro reduz a oferta de crédito na periferia, visto que a oferta se desloca para regiões onde haja maior demanda (DOW 1982, 1993; CAVALCANTE et al. 2004).

DOW (1987) argumenta que um aumento na preferência pela liquidez em uma localidade, causando o aumento da demanda pela moeda, induz à queda do preço de todos os outros ativos em relação à moeda, além de encorajar a saída de capital para regiões centrais, para centros financeiros. Isso reduz a oferta de depósitos em regiões periféricas e, conseqüentemente, diminui a oferta de crédito por parte das instituições financeiras das regiões periféricas.

Dessa forma, a realização de transferências de recursos do centro para a periferia, em termos regionais, não é por si só eficaz caso não haja melhoria das expectativas nas regiões deprimidas, pois estes recursos retornariam ao centro na forma de importações e depósitos bancários (DOW 1993), visto que a disposição dos bancos em ofertar crédito não depende apenas da disponibilidade de recursos, mas também das expectativas quanto ao desempenho futuro da economia e quanto à capacidade do tomador de honrar com seus compromissos.

Segundo ALESSANDRINI (1999) e MARTIN (1999), bancos de cunho regional tendem a gerar mais crédito, visto que possuem informações mais sólidas sobre a economia local e são mais comprometidos com o desempenho das firmas locais, já que a sua sobrevivência depende disso. Assim, supõe-se que um país que conta com bancos regionais pode esperar que os mesmos conheçam bem a região em que operem e, portanto, podem avaliar de modo mais preciso os riscos de um empréstimo ou financiamento

Por outro lado, bancos nacionais conseguem enfrentar as crises econômicas locais, compensando suas perdas nessas regiões com os ganhos provenientes das demais. Em compensação, são mais cautelosos quanto à concessão de crédito às economias periféricas devido à maior volatilidade de difusão de informações e à dificuldade de acesso as mesmas (AMADO, 1997).

A partir dos conceitos de incerteza, preferência pela liquidez e regiões centrais e periféricas é de se esperar que um processo de concentração bancária,

que praticamente elimine os bancos de caráter regional periférico, tenderá a acentuar as restrições financeiras dessas regiões. Ou seja, tendo em vista o processo de concentração bancária vivenciada no Brasil nos últimos anos, supõe-se que haja uma maior restrição financeira nas regiões menos desenvolvidas e que esta realidade se perpetue, prejudicando o desenvolvimento econômico das mesmas.

A partir da estabilização monetária, o sistema bancário do Brasil passou por uma aceleração do processo de consolidação. Este movimento segue tendência mundial de concentração na medida em que o segmento é desregulamentado.

Segundo PAULA e MARQUES (2006), o processo de concentração bancária foi impulsionado pelos seguintes fatores: i) a desregulamentação dos serviços financeiros; ii) a maior abertura do setor bancário à competição internacional; iii) os avanços tecnológicos; e iv) as mudanças na estratégia empresarial. A consolidação bancária seria o objetivo das instituições, pois, através deste mecanismo, elas buscariam economias de escala, de escopo, de renda, aumentando assim seu poder de monopólio.

O processo de concentração do setor foi intensificado após a estabilização monetária, acarretando impactos no volume de crédito concedido quando se analisa o crédito numa perspectiva regional. Para ALMEIDA (2007), o sistema bancário brasileiro é grande, mas é geograficamente concentrado e há indícios de que isso reforça a concentração de crédito nas regiões centrais em detrimento da periferia.

O processo de reestruturação por qual passou o setor bancário brasileiro a partir de 1994 reduziu fortemente o número de instituições financeiras de atuação mais regional e resultou na redução tanto de bancos estaduais como de grupos privados de médio porte com foco principal em seus estados e regiões de atuação. Submeteu também as regiões menos desenvolvidas às decisões estratégicas de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros, a maioria com sede na cidade de São Paulo (FREITAS e PAULA, 2010).

Concomitante à redução de instituições financeiras, houve um processo de concentração regional dos centros decisórios das instituições bancárias atuantes no Brasil e a formação de grandes conglomerados bancários sediados majoritariamente em São Paulo. De acordo com os dados do Banco Central de quantitativo de instituições com sede nas unidades da Federação em 2009, das 2.339 instituições

financeiras brasileiras, a região Sudeste continha 55% delas, com São Paulo e Rio de Janeiro concentrando, aproximadamente 40% (929) das instituições brasileiras.

Em 2000, das 2.505 instituições financeiras brasileiras, a região Sudeste continha cerca de 63%, com São Paulo e Rio de Janeiro concentrando 44% (1.111) das instituições brasileiras.

VASCONCELOS et al (2004) analisaram os efeitos que esse processo teve na diminuição da densidade do número de agências em todos os estados brasileiros, com exceção do Distrito Federal, concluindo que mesmo os bancos públicos federais pareciam direcionar seu foco estratégico para os grandes mercados do Sul e Sudeste, reduzindo relativamente sua presença no Norte e Nordeste.

O processo de consolidação do setor bancário no Brasil parece ter uma relação muito forte com a teoria de economias centrais e periféricas. Há uma atuação bancária concentradora, privilegiando a intermediação financeira em localidades mais ricas, ou seja, nas regiões centrais.

No trabalho de ALEXANDRE *et al.* (2005), as conclusões são de ampliação da concentração da atividade bancária na cidade de São Paulo, que é ainda maior quando se analisa as operações bancárias em vez do número de agências. Neste sentido, a distribuição local do PIB deve ser levada em consideração e isso explicaria a forte concentração bancária em São Paulo. Esta conclusão é corroborada no estudo de CORRÊA (2006), que mostra que o movimento financeiro se concentra no entorno de cidades de intensa concentração populacional e de forte dinamismo econômico.

SICSÚ e CROCCO (2006) buscam exatamente a resposta para o que leva uma agência a se localizar numa determinada região. Para eles, os fatores que motivam a localização da sede do banco não são necessariamente os mesmos que levam à localização das agências. Os autores buscaram na teoria da localização da firma industrial a resposta para essa questão, adaptando-a a realidade do setor, concluindo que os fatores aglomerativos influenciariam mais a localização da sede do banco que a localização das agências.

Os resultados dos estudos desses autores indicam que o PIB e a distribuição da renda afetam localização das agências e que o tamanho e a distribuição da população não são boas variáveis explicativas. Acredita-se que o volume e a distribuição da renda são positivamente relacionados com o número de agências, ou

seja, quanto maior a renda e melhor for a sua distribuição, maior o número esperado de agências na região. SICSÚ e CROCCO (2006) destacam também a existência de um PIB-piso cujo valor determinaria a presença de pelo menos uma agência bancária em uma região, ou seja, apenas o local cujo PIB fosse maior ou igual a esse piso seriam levados em conta na estratégia de localização das agências.

SILVA e JAYME Jr (2010), com o objetivo de explicar a estratégia de localização das agências bancárias no estado de Minas Gerais, realizam testes econométrico utilizando como variáveis explicativas o volume e distribuição da renda e o tamanho da população. Os resultados encontrados confirmam a relação obtida por Sicsú e Crocco quanto às variáveis volume e distribuição da renda, contudo indicam que o tamanho da população afeta positivamente a localização das agências. Revelam também que existe uma renda (R\$ 50 milhões) e um número de habitantes (20.000) considerados pisos, ou seja, municípios com renda e população inferiores ao piso não possuem agências, são financeiramente excluídos.

Os estudos de ALMEIDA (2007), cuja análise leva em conta o aspecto regional, revelam que o processo de consolidação do setor bancário no Brasil tem afetado de forma negativa a concessão de crédito, indicando que a presença de agências e sedes bancárias nas regiões está relacionada positivamente com o crédito. Desta forma, a realocação das agências nas regiões mais desenvolvidas do país, assim como a concentração regional das sedes bancárias, acarreta uma redução no estoque de crédito per capita nas demais regiões. O autor também destaca que o processo de realocação das agências acarreta um impacto maior sobre o crédito do que o processo de concentração das sedes bancárias.

MENEZES et al. (2007), a partir de teste econométrico para 26 estados brasileiros, buscaram estabelecer uma relação entre a oferta de crédito como variável dependente e a quantidade de agências bancárias e a preferência pela liquidez dos bancos como variáveis explicativas. Seus resultados mostraram uma relação significativamente negativa entre a oferta de crédito e a preferência pela liquidez bancária e uma relação positiva entre o número de agências e a disponibilidade de crédito.

O teste econométrico (com painel de dados) realizado por FREITAS e PAULA (2010) para 26 estados brasileiros, ampliando o conjunto de variáveis explicativas utilizadas por MENEZES et al. (2007) de forma a incorporar a participação relativa do estado nos depósitos totais e na atividade de intermediação financeira e o índice

de concentração de Hirschman-Herfindahl, corrobora os resultados obtidos anteriormente, concluindo que a concentração dos serviços bancários e de atividades financeiras em regiões mais desenvolvidas do país provoca uma piora da distribuição de crédito nas regiões mais pobres do país.

1.4. Conclusão

Como visto nas seções anteriores, há evidências empíricas que comprovam a existência de uma relação positiva entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico de longo prazo, embora não se tenha certeza da direção da causalidade. No entanto, com a consolidação do setor bancário brasileiro, que teve como consequência a redução do número de agências e o fechamento de sedes nas periferias, a informação sobre as regiões mais periféricas tornou-se menos disponível aos bancos com sede nos centros econômicos, em especial em São Paulo. Como a periferia apresenta um menor grau de desenvolvimento e maior instabilidade, torna-se natural que os bancos concedam maior volume de crédito às regiões centrais, intensificando um processo de desigualdade econômica entre as regiões brasileiras.

Portanto, o processo de consolidação do setor bancário no Brasil tem gerado um efeito negativo sobre a concessão de crédito ao se realizar a análise levando-se em conta o aspecto regional do processo. Desta forma, a região periférica que passa a ter uma menor rede de atendimento bancário via agências e praticamente deixa de ter sedes de bancos, passa a vivenciar um ambiente onde o crédito é ainda mais racionado. Avaliaremos a questão da distribuição regional do crédito no estado do Rio de Janeiro no capítulo 3. Antes, contudo, efeturemos um breve panorama das características e evolução da economia fluminense.

Capítulo 2

ECONOMIA FLUMINENSE: UMA BREVE AVALIAÇÃO DO PERÍODO RECENTE

2.1. Introdução

Durante o século XX, a economia do estado do Rio de Janeiro foi a segunda maior do Brasil, sendo ultrapassada apenas pela paulista. No período em análise, de 2000 a 2009, a economia fluminense permanece como a segunda maior economia estadual.

Entretanto no período compreendido entre o início dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, o estado do Rio de Janeiro vivenciou uma profunda crise econômica, social e institucional (BARRAL NETO e SILVA NETO, 2008). Para NATAL (2005), o estado viveu a sua pior crise econômica.

Nesse contexto de crise, durante os anos 1980, a economia mineira quase a ultrapassou, num momento em que a participação do estado do Rio no PIB brasileiro atingiu os mais baixos níveis históricos. A partir de meados da década de 1990, entretanto, a economia fluminense voltou a apresentar sinais de dinamismo (SANTOS, 2003, NATAL, 2005).

Para SANTOS (2006), a retomada do crescimento estadual vem ocorrendo com melhor redistribuição espacial do PIB, ou seja, a polarização da produção na região metropolitana (cerca de 80%) está diminuindo. E as cidades médias, aquelas com população superior a 100 mil habitantes com exceção da capital, estão ganhando espaço, principalmente aquelas localizadas no interior fluminense, isto é, fora dos limites da região metropolitana.

O objetivo deste capítulo é analisar a situação econômica das regiões que compõem o estado do Rio de Janeiro de forma a averiguar que regiões estão induzindo a retomada do crescimento fluminense. E para isso, este capítulo está organizado em duas seções, além desta introdução e da conclusão.

A seção 2.2 define o agrupamento dos municípios em regiões e traça um cenário sobre a economia do estado do Rio de Janeiro.

A seção 2.3 analisa o desempenho das regiões, em especial do interior e da região metropolitana, destacando os municípios que correspondem a polos regionais de desenvolvimento.

2.2. Um Panorama Geral da economia fluminense

O estado do Rio de Janeiro é a segunda maior economia do país, a primeira é a do estado de São Paulo. A tabela 1 mostra os principais indicadores que mostram o desempenho fluminense no período de 2000 a 2009, onde fica claro que o crescimento do PIB foi maior que o crescimento populacional no período, no que resultou em um crescimento da renda per capita do estado.

De fato, nesses 10 anos, o PIB cresceu de 23,35%; a renda per capita aumentou 132,34% e a população teve um incremento de 14,90%. Segundo a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (2011), CEPERJ, a renda per capita em 2009 foi a terceira maior do país, menor apenas que a do Distrito Federal (R\$ 50.438) e a de São Paulo (R\$ 26.202).

Entre as atividades de maior importância na economia fluminense, podemos destacar a indústria associada à exploração de petróleo, a indústria naval e as indústrias siderúrgica e automobilística.

O estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e gás do Brasil, produzindo 85% e 50%, respectivamente, do total nacional (SOUZA, HIJJAR e BARROS, 2011).

Tabela 1
PIB e População do Estado do Rio de Janeiro

	PIB*	PIB per capita	População
2000	303.232.527	9.513	13.933.756
2001	310.749.662	10.092	14.558.545
2002	321.216.541	11.459	14.724.475
2003	318.636.361	12.514	14.879.118
2004	332.307.603	14.664	15.203.750
2005	340.915.288	16.057	15.383.407
2006	354.464.647	17.693	15.561.720
2007	359.762.720	19.245	15.420.375
2008	392.851.152	21.621	15.872.362
2009	374.049.190	22.103	16.010.429
Variação	23,35	132,34	14,90

* PIB a preços de 2009 deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

O estado do Rio de Janeiro está localizado na Região Sudeste do Brasil, fazendo fronteira com os estados do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, e formando uma área de 43.696,054 Km². É composto por 92 municípios, incluindo a capital, a cidade do Rio de Janeiro. A Secretaria de Planejamento e Gestão do estado do Rio de Janeiro em 8 regiões conforme apresentado na tabela que segue.

Tabela 2
Composição das Regiões

Metropolitana	Centro Sul	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Noroeste	Norte	Serrana
Belford Roxo	Areal	Angra dos Reis	Araruama	Barra do Pirai	Aperibé	Campos dos Goytacazes	Bom jardim
Duque de Caxias	Comendador Levy Gasparian	Mangaratiba	Armação de Búzios	Barra Mansa	Bom Jesus do Itabapoana	Carapebus	Cantagalo
Guapimirim	Engenheiro Paulo de Frontin	Parati	Arraial do Cabo	Itatiaia	Cambuci	Cardoso Moreira	Carmo
Itaboraí	Mendes		Cabo frio	Pinheiral	Italva	Conceição de Macabu	Cordeiro
Itaguaí	Miguel Pereira		Cachoeiras de Macacu	Pirai	Itaocara	Macaé	Duas Barras
Japeri	Paraíba do sul		Casimiro de Abreu	Porto Real	Itaperuna	Quissamã	Macuco
Magé	Paty dos Alferes		Iguaba Grande	Quatis	Laje de Muriaé	São Fidelis	Nova Friburgo
Mesquita	Sapucaia		Maricá	Resende	Miracema	São Francisco de Itabapoana	Petrópolis
Nilópolis	Três rios		Rio bonito	Rio claro	Natividade	São João da Barra	Santa Maria Madalena
Niterói	Vassouras		Rio das ostras	Rio das Flores	Porciúncula		São José do Vale do Rio Preto
Nova Iguaçu			São Pedro da Aldeia	Valença	Santo Antônio de Pádua		São Sebastião do Alto
Paracambi			Saquarema	Volta Redonda	São José de Ubá		Sumidouro
Queimados			Silva Jardim		Varre-Sai		Teresópolis
Rio de Janeiro							Trajano de Moraes
São Gonçalo							
São João de Meriti							
Seropédica							
Tanguá							

Fonte: Elaboração própria.

Para cumprir com os objetivos deste capítulo utilizaremos esta abordagem da Secretaria de Planejamento, visto que, a mesma leva em consideração a influência dos municípios mais desenvolvidos sobre as cidades vizinhas, isto é, de acordo com a sua localização geográfica.

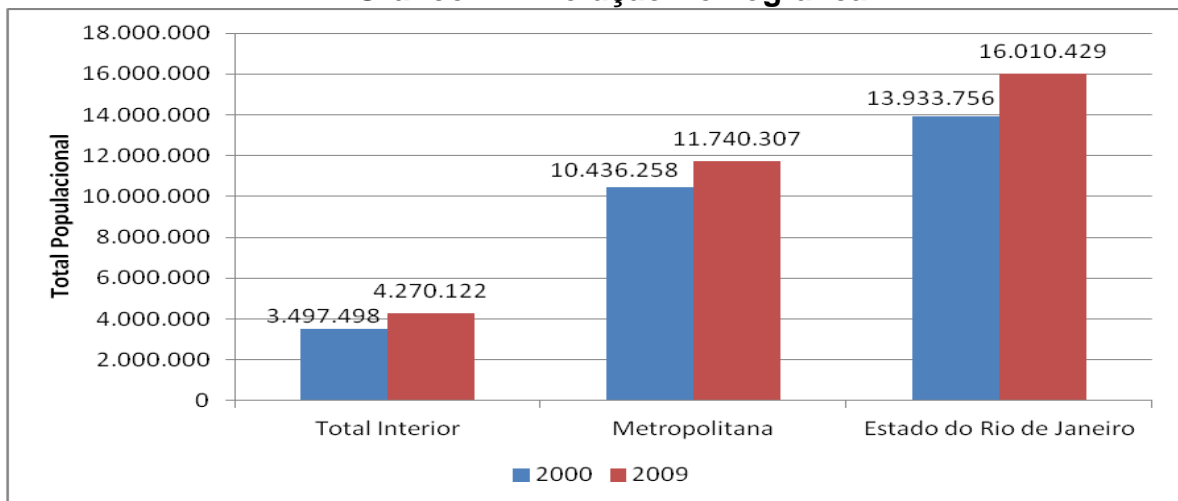
Na próxima seção analisaremos o perfil econômico dessas regiões de governo, qual a participação de cada região na produção fluminense e como a população se distribui pelo território estadual, considerando que as localidades mais desenvolvidas atraem habitantes em busca de melhores oportunidades de emprego.

2.3. Cenário econômico das regiões fluminenses

Segundo estimativas do IBGE, em 2009 16.010.429 pessoas habitavam o estado do Rio de Janeiro, desse total cerca de 70% residiam na Região Metropolitana, caracterizando esta como a metrópole mais concentrada do país (SANTOS, 2003). Entretanto, nos últimos anos, a tendência vem se revertendo devido às novas dinâmicas econômicas engendradas no interior (municípios fora da Região Metropolitana), em grande parte associadas à exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos⁵.

De acordo com o gráfico 1, 772.624 habitantes passaram a residir no interior no período de 2000 a 2009, o que corresponde a um crescimento populacional de 22,09% enquanto a região metropolitana apresentou um incremento de 1.304.049 habitantes, isto é cresceu 12,50%. Como se pode verificar o interior obteve um crescimento relativo muito maior que a região metropolitana. O crescimento populacional estadual foi da ordem de 2.076.673 habitantes, o que corresponde a um aumento de 14,90%, menor que o apresentado pelo interior.

⁵ Os municípios que compõem a Bacia de campos são: Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casemiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra (PIQUET, 2003). Esse grupo de municípios não coincide com nenhuma região segundo a tabela 2.

Gráfico 1 - Evolução Demográfica

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A tabela 3 mostra a evolução da participação demográfica das regiões na população fluminense. Como se pode ver a região das Baixadas Litorâneas, onde se localiza a atividade de exploração, foi a que mais ganhou participação relativa em termos da população estadual nos últimos dez anos. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2009) – IBAM - atribui o seu crescimento demográfico à expansão da atividade de exploração de petróleo e gás e, conseqüentemente, aos recursos de royalties, ao desenvolvimento das atividades turísticas e à expansão da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

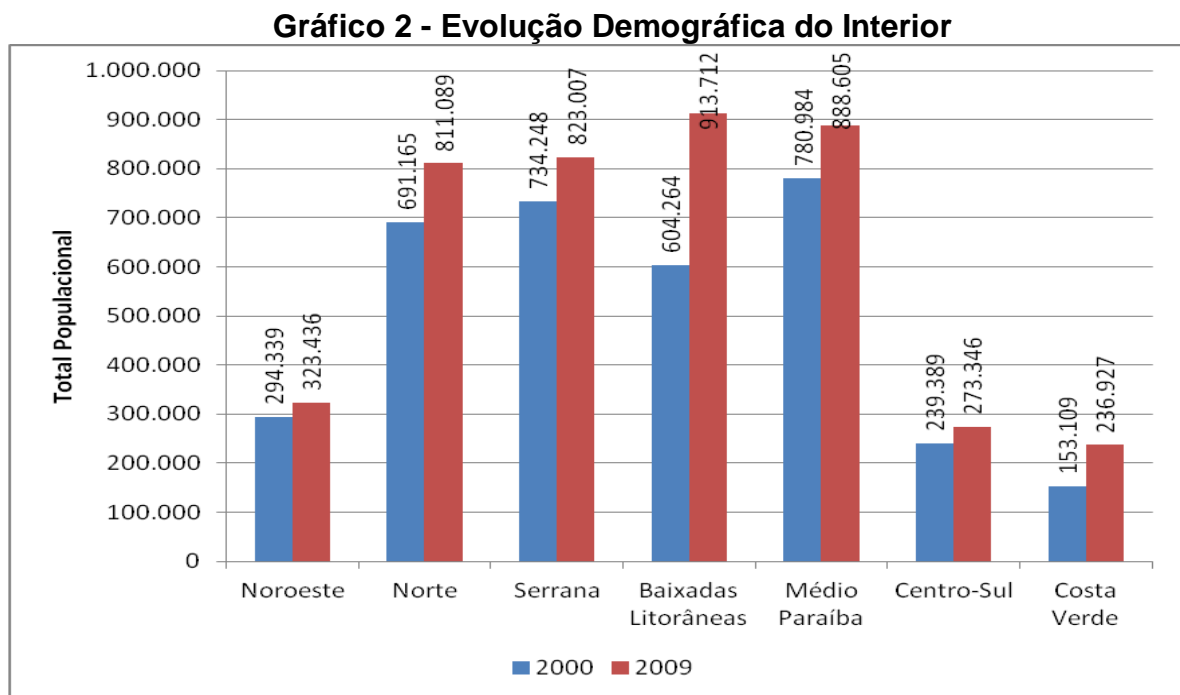
Tabela 3
Participação das Regiões na população Fluminense

	Noroeste	Norte	Serrana	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Centro-Sul	Costa Verde	Metropolitana
2000	2,11	4,96	5,27	4,34	5,60	1,72	1,10	74,90
2001	2,06	4,86	5,22	4,54	5,47	1,77	1,23	74,85
2002	2,06	4,87	5,20	4,62	5,46	1,76	1,25	74,79
2003	2,05	4,88	5,19	4,70	5,47	1,76	1,26	74,69
2004	2,04	4,89	5,17	4,87	5,47	1,76	1,30	74,50
2005	2,04	4,90	5,15	4,96	5,47	1,76	1,32	74,40
2006	2,03	4,90	5,14	5,05	5,48	1,75	1,34	74,30
2007	1,99	4,97	5,14	5,20	5,48	1,69	1,37	74,17
2008	2,02	5,05	5,15	5,60	5,54	1,71	1,46	73,47
2009	2,02	5,07	5,14	5,71	5,55	1,71	1,48	73,33
Média	2,04	4,93	5,18	4,96	5,50	1,74	1,31	74,34

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A região que mais ganhou participação relativa depois das Baixadas foi a Costa Verde com destaque para Angra dos Reis cuja participação cresceu de 0,70% para 1,05% no período. Esse aumento se deve ao turismo, atividade que vem se expandindo recentemente.

O gráfico 2, a seguir, mostra a evolução demográfica nas Regiões do interior, incluindo a grande variação da Região das Baixadas Litorâneas e da Região Norte.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A população das regiões da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas foram as que mais cresceram no período, 54,74% e 51,21% respectivamente. O Noroeste foi a região de menor incremento demográfico, 9,89%. Apenas o Noroeste e a região Serrana (12,09%) apresentaram crescimento inferior à região Metropolitana. Comparando com o crescimento do estado, além das regiões Noroeste e Serrana, o Médio – Paraíba (13,78%) e o Centro – Sul (14,18%) cresceram menos que o estado. O Norte cresceu 17,35%, mais que a média do estado, ultrapassado apenas pelas regiões da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas. Nas regiões Norte e das Baixadas Litorâneas estão localizados os municípios que compõem a Bacia de Campos que tem crescido graças à exploração de petróleo e gás como mencionado anteriormente, atraindo, assim, um maior número de habitantes.

Para entendermos melhor essa tendência de crescimento demográfico no interior do estado do Rio de Janeiro, vamos analisar indicadores econômicos tais como o PIB.

A Região Metropolitana, em especial a cidade do Rio de Janeiro, exerce grande centralidade no estado do Rio de Janeiro, concentrando grande parte dos investimentos, dos estabelecimentos e dos empregos industriais (SANTOS, 2006). Entretanto, para BARRAL NETO E SILVA NETO (2008) esta nova dinâmica estadual de meados dos anos 1990 está intimamente associada a um processo de interiorização da economia fluminense.

Para o IBAM (2009) está ocorrendo um processo de interiorização, isto é, o desenvolvimento das atividades econômicas no estado do Rio de Janeiro vem ocorrendo de forma descentralizada no território fluminense, por meio de investimentos nos setores metal-mecânico e automobilístico na Região do Médio-Paraíba, na indústria naval em Niterói (Região Metropolitana) e Angra dos Reis (Região da Costa Verde), em confecções na Região Serrana, e principalmente na indústria extrativista de petróleo e gás. Através da tabela 4 é possível analisar a evolução do PIB real ao longo do período 2000 a 2009 no território fluminense.

Tabela 4
PIB Real a Preços de 2009 em Milhões de Reais

	Noroeste	Norte	Serrana	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Centro-Sul	Costa Verde	Metropolitana
2000	3.376	19.669	10.806	11.153	20.030	3.361	3.136	231.117
2001	3.259	20.306	10.531	11.982	20.470	3.342	3.326	237.016
2002	3.225	24.044	11.504	14.302	20.520	3.306	3.388	240.397
2003	3.385	26.767	11.149	15.118	22.354	3.358	3.236	232.791
2004	3.356	27.512	10.903	15.886	25.404	3.189	4.468	241.091
2005	3.946	34.740	10.957	20.891	21.750	3.138	5.762	239.323
2006	3.789	43.915	11.775	25.178	21.178	3.222	5.287	239.738
2007	3.408	38.847	11.856	21.400	21.574	3.338	6.235	252.751
2008	4.172	57.256	13.576	24.593	27.540	3.710	6.942	254.635
2009	4.020	33.798	13.381	18.226	26.506	3.822	6.257	267.448
Variação (%)	19,07	71,84	23,83	63,42	32,33	13,71	99,53	15,72

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Dados deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

Como se pode observar na tabela 4, as regiões que mais se destacaram na evolução do PIB foram a Costa Verde, seguida pelo Norte e pelas Baixadas

Litorâneas. As mesmas regiões que se destacaram na evolução demográfica. A região metropolitana foi a que menos cresceu, indicando uma tendência a desconcentração econômica no estado.

Entre os municípios que compõem a região da Costa Verde, o de maior PIB é Angra dos Reis, sendo responsável por 76,46% do PIB da região em 2009. Angra, que cresceu 92,78% no período de 2000 a 2009, vem se beneficiando da retomada da indústria naval no estado, além do turismo que é uma atividade progressivamente em expansão na região. Entretanto, o município que mais cresceu foi Mangaratiba, 167,54%, o que também contribuiu para o incremento do PIB da região, embora sua participação relativa seja de 14,54%.

São João da Barra, Cardoso Moreira e Macaé foram os municípios que mais cresceram na região Norte, 326,48%; 119,82% e 83,62% respectivamente. Contudo o maior PIB da região é Campos, com um crescimento de 68,99%, sendo responsável por 61,24% da produção da Costa Verde em 2009.

Na região das Baixadas Litorâneas, podemos destacar Casimiro de Abreu (180,27%), Cabo Frio (94,99%) e Cachoeiras de Macacu (94,05%). Cabo Frio é responsável por 26,65% da produção da região seguido de Rio das Ostras com 25,98%. Em 2000, Rio das Ostras produziu 26,24%; enquanto Cabo Frio produziu 22,34% do PIB da região. Embora, Rio das Ostras tenha crescido (61,82%), Cabo Frio cresceu muito mais.

Em 2000, os municípios que mais se destacaram na evolução do PIB estadual foram: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Petrópolis, São João de Meriti e Macaé. Esta ordem só se modificou em 2006 e 2008 quando Campos ultrapassou Duque de Caxias, sendo o segundo maior PIB do estado. Em 2001, Macaé alcançou o oitavo lugar, mantendo esta colocação em 2002, 2003, 2004, 2005, 2007. Em 2006, Macaé passou para a sexta posição, voltando para a oitava posição em 2007 e alcançando a quarta posição em 2008, voltando para a oitava posição em 2009.

A colocação de Duque de Caxias pode ser explicada pela presença da Refinaria Duque de Caxias⁶ (Reduc) em seu território, que atrai diversas empresas dos ramos: químico e petroquímico. Outro fator determinante para o nível de

⁶ Segundo BUENO e CASARIN (2011), há duas refinarias no estado do Rio de Janeiro: REDUC e Manguinhos. As duas em conjunto são responsáveis pelo refino de 12% do petróleo nacional.

atividade econômica em Caxias é a influência exercida pela economia carioca devido à proximidade com o município do Rio de Janeiro. Dessa forma, Caxias juntamente com outros subcentros como Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo e São João de Meriti representam a parte mais dinâmica da periferia metropolitana do Rio, que na medida em que abrigam grandes contingentes populacionais, concentram muitas atividades de comércio e serviços (IBAM, 2009).

A trajetória de Campos e Macaé está associada aos recursos financeiros oriundos do petróleo, o primeiro é o município que mais recebe royalties e participações especiais, além de ser um polo urbano tradicional na região desde o ciclo da cana de açúcar (PIQUET, 2003). Já Macaé, denominada localmente como “capital do petróleo”, é a segunda economia da Região Norte do estado e sede das atividades de exploração de petróleo e gás na plataforma continental (CRESPO, 2003). Além dos recursos provenientes de royalties e participações, vem vivenciando grande incremento nas atividades de extração, produção e logística do petróleo, sobretudo devido à expansão de empresas fornecedoras de insumos para a cadeia de petróleo e gás e na área de comércio e serviços de uma forma geral (IBAM, 2009).

A posição de Volta Redonda pode ser explicada pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional, responsável por grande parte da produção siderúrgica do estado e considerada um marco no desenvolvimento da Região do Médio Vale do Paraíba. Outro fator que contribui para o seu desempenho é a localização geográfica, visto que está situada entre as cidades de São Paulo (maior metrópole nacional), Rio de Janeiro (segunda metrópole nacional) e o estado de Minas Gerais (SILVA, 2007).

A tabela 5 apresenta a participação do PIB das regiões no PIB do estado. Como se pode ver a Região Metropolitana é responsável, em média, por 71,73% do PIB fluminense, alcançando 76,27% em 2001, o maior índice no período analisado. Embora sua participação venha caindo durante quase todo o período, a região volta a ganhar representatividade no PIB estadual. A CEPERJ (2011) atribui essa reação à queda da participação dos municípios produtores de petróleo, que sofreram com a redução do preço dessa matéria - prima.

Tabela 5
Participação das regiões no PIB fluminense (%)

	Noroeste	Norte	Serrana	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Centro-Sul	Costa Verde	Metropolitana
2000	1,11	6,49	3,76	3,68	6,61	1,11	1,03	76,22
2001	1,05	6,53	3,56	3,86	6,59	1,08	1,07	76,27
2002	1,00	7,49	3,75	4,45	6,39	1,03	1,05	74,84
2003	1,06	8,40	3,65	4,74	7,02	1,05	1,02	73,06
2004	1,01	8,28	3,43	4,78	7,64	0,96	1,34	72,55
2005	1,16	10,19	3,33	6,13	6,38	0,92	1,69	70,20
2006	1,07	12,39	3,43	7,10	5,97	0,91	1,49	67,63
2007	0,95	10,80	3,39	5,95	6,00	0,93	1,73	70,25
2008	1,06	14,57	3,56	6,26	7,01	0,94	1,77	64,82
2009	1,07	9,04	3,74	4,87	7,09	1,02	1,67	71,50
Média	1,05	9,42	3,56	5,18	6,67	0,99	1,39	71,73

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A segunda região com maior participação média no PIB estadual é a região Norte (9,42%), que alcançou seu maior índice em 2008, 14,57%. Em geral esta região apresentou uma trajetória de crescimento, decrescendo apenas em 2004, 2007 e 2009 devido à queda do preço do petróleo como mencionado anteriormente.

A Região do Médio-Paraíba obteve, em média, a terceira maior participação no PIB estadual. Em 2000 e 2001 alcançou a segunda maior participação, ultrapassando a região Norte. A atividade de maior destaque nessa região é a automobilística.

As Baixadas Litorâneas, quarto lugar na participação do PIB estadual, apresentou uma trajetória de crescimento em quase todo período, decrescendo apenas em 2007 e 2009. Em 2006 ultrapassou a Região do Médio-Paraíba, registrando sua maior participação em todo o período. Vale lembrar que a atividade de petróleo e gás é predominante nesta região. Se somarmos a participação média das Regiões Norte e Baixadas Litorâneas, veremos que as mesmas respondem por 14,60% da produção estadual, alcançando 20,83% em 2008.

Quanto ao desempenho dos municípios, a tabela 6 mostra os 10 municípios com maior participação no PIB estadual nos anos de 2000, 2005 e 2009. Como se pode observar o município do Rio de Janeiro é o primeiro colocado, respondendo por cerca de 50% do PIB do estado, embora tenha perdido participação no período selecionado. Entre os 10, pelo menos 5 pertencem a Região Metropolitana. Em

2000, os 6 municípios dessa região, que figuravam entre os 10 com maior participação, representavam 71,36% do PIB estadual.

Tabela 6
Ranking dos 10 municípios com maior participação no PIB estadual (%)

2000		2005		2009	
Rio de Janeiro	54,90	Rio de Janeiro	47,68	Rio de Janeiro	49,66
Duque de Caxias	6,12	Duque de Caxias	9,16	Duque de Caxias	7,28
Campos	4,04	Campos	6,74	Campos	5,53
Niterói	3,14	Niterói	2,77	Niterói	3,05
São Gonçalo	2,96	São Gonçalo	2,56	São Gonçalo	2,72
Nova Iguaçu	2,86	Volta Redonda	2,31	Nova Iguaçu	2,70
Volta Redonda	2,76	Nova Iguaçu	2,30	Volta Redonda	2,37
Petrópolis	1,58	Macaé	2,15	Macaé	1,99
São João de Meriti	1,38	Cabo Frio	1,84	Petrópolis	1,65
Macaé	1,34	Rio das Ostras	1,82	Resende	1,42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Em 2009, cinco municípios destacaram-se na liderança das participações no PIB do estado e concentraram 68,24% da economia fluminense.

A participação do interior apresentou uma trajetória de crescimento de 2000 (23,78%) a 2006 (32,37%). Em 2007 (29,75%) houve uma queda na participação, mas essa perda foi recuperada em 2008, quando alcançou 35,18%, o maior percentual registrado durante todo o período. Em 2009 registrou um decréscimo de 6,68%, passando para 28,50%.

Tabela 7
Ranking dos 10 municípios com maior PIB per capita

2000		2005		2009	
Quissamã	110.381	Porto Real	122.439	Porto Real	215.506
Carapebus	71.647	Quissamã	94.741	Quissamã	91.099
Rio das Ostras	63.408	Piraí	94.188	São João da Barra	66.657
Armação dos Búzios	43.462	Armação dos Búzios	41.221	Rio das Ostras	46.367
Macaé	36.250	Casimiro de Abreu	40.124	Piraí	45.438
Piraí	35.795	Campos	39.073	Campos	45.117
Casimiro de Abreu	32.821	Macaé	33.900	Resende	38.536
São João da Barra	31.103	Carapebus	33.067	Macaé	36.300
Porto Real	29.342	Rio das Flores	30.064	Rio das Flores	33.358
Itatiaia	25.873	Piraí	28.538	Casimiro de Abreu	32.747

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A tabela 7 apresenta os 10 municípios com maior PIB per capita. Em termos de PIB per capita, em 2000, as quatro primeiras colocações ficaram com Quissamã, Carapebus, Rio das Ostras e Armação dos Búzios, os três primeiros ligados à produção e extração de petróleo e gás e o último à atividade turística.

Em 2005, Porto Real cujo setor de destaque é o automobilístico passou da nona posição em 2000 para a primeira, mantendo-s em primeiro lugar em 2009. Quissamã perdeu a primeira colocação para Porto Real, ficando em segundo lugar em 2005 e 2009.

Piraí, que estava em sexto lugar em 2000, alcançou o terceiro lugar em 2005, caindo para a quinta colocação em 2009. O desempenho de Piraí, em 2005, é, em grande parte, explicado pela expansão de setor de bebidas (CEPERJ, 2011).

Pelos dados analisados, podemos concluir que o grande indutor do processo de interiorização da economia fluminense tem sido a expansão das atividades relacionadas à exploração de petróleo e gás no Norte Fluminense.

Tabela 8
Participação no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro

	Agropecuária	Indústria	Serviços
2000	0,66	24,05	75,29
2001	0,66	23,26	76,08
2002	0,54	24,31	75,14
2003	0,55	26,06	73,39
2004	0,60	28,91	70,49
2005	0,51	30,20	69,28
2006	0,49	32,77	66,74
2007	0,39	29,89	69,72
2008	0,44	31,56	68,01
2009	0,49	26,35	73,16
Média	0,53	27,74	71,73

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A tabela 8 mostra a participação das atividades econômicas no valor adicionado do PIB do estado do Rio de Janeiro no período de 2000 a 2009. Embora, o setor de serviços corresponda a 71,73%, em média, do valor adicionado estadual, o mesmo vem decrescendo; enquanto a indústria vem aumentando a sua

participação. A agropecuária é a atividade que mais perde importância na produção do estado.

As atividades primárias têm participação inexpressiva no valor adicionado da produção estadual. O estado do Rio de Janeiro apresenta uma base agrícola não diversificada, uma vez que os solos foram exauridos com as monoculturas do café e da cana do açúcar (SILVA, 2007), substituída depois pela pecuária extensiva e especulação fundiária (IBAM, 2009).

De acordo com SILVA (2007), o crescimento da participação do setor secundário, ainda que muito dependente da indústria extrativa mineral⁷ (tabela 8), indica um processo de reestruturação produtiva.

Entretanto, o mercado de trabalho sofre consequências dessa nova dinâmica econômica, e muitos trabalhadores perdem seus empregos formais. A alternativa desses trabalhadores é 'migrar' para a economia informal (IBAM, 2009). Essa 'migração' resulta em um inchaço do setor de serviços, explicando a grande importância desse setor na produção estadual (tabela 7).

Dessa forma, o crescimento do terciário advém de um setor primário inexpressivo e de um setor secundário em reestruturação. E, ao contrário de constituir um setor moderno e avançado, ocorre em grande medida o aumento do trabalho precário (IBAM, 2009).

Na tabela 9 dividimos o valor adicionado bruto do Estado do Rio de Janeiro nos seguintes setores: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana e construção civil.

⁷ O termo indústria extrativa mineral inclui as atividades de extração de carvão mineral, minerais metálicos e não metálicos, petróleo e serviços correlatos (IBGE, 2011).

Tabela 9
Participação da Indústria no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro

	Extrativa mineral	Transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana	Construção civil
2000	5,74	9,76	2,49	6,05
2001	5,63	9,27	2,50	5,87
2002	6,91	9,13	2,39	5,88
2003	7,95	10,06	2,49	5,56
2004	8,08	11,96	2,68	6,18
2005	12,03	10,24	2,89	5,05
2006	15,60	9,64	2,90	4,62
2007	12,25	10,04	2,75	4,84
2008	15,40	9,87	1,66	4,62
2009	8,32	10,12	2,71	5,20
Média	9,79	10,01	2,55	5,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

O setor secundário tem sua dinâmica determinada pela indústria extrativa mineral. O crescimento da atividade petrolífera garante a maior parte do produto interno bruto estadual, das exportações, dos investimentos em tecnologia e das volumosas receitas para o próprio estado e para alguns municípios. Também os setores, siderúrgico, metal mecânico, automobilístico e naval contribuem em alguma medida para o crescimento da Indústria de Transformação.

Em 2000, a diferença de participação entre as indústrias de transformação e extrativa mineral era de 4,02%. Ao longo do período essa diferença foi diminuindo, quando, em 2005, a segunda ultrapassou a primeira, permanecendo assim até 2008. Em 2009, em função da queda do preço do petróleo mencionada anteriormente, houve uma queda da participação da indústria extrativa mineral. Isso reforça a hipótese de que é o setor petrolífero responsável pela retomada das perspectivas econômicas fluminenses, após longo período de crise econômica e social.

Tabela 10
Participação dos Serviços no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro

	Comércio	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Outros serviços
2000	9,33	5,67	18,39	41,90
2001	9,40	6,08	19,69	40,91
2002	8,89	7,04	19,37	39,84
2003	8,26	6,68	18,80	39,64
2004	8,84	4,99	18,04	38,62
2005	8,22	5,81	17,75	37,51
2006	8,85	5,84	17,23	34,82
2007	8,95	6,26	18,07	36,45
2008	9,20	5,29	17,87	35,65
2009	9,17	6,36	18,80	38,83
Média	8,91	6,00	18,40	38,42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Como pode ser visto na tabela 10, o setor de serviços foi dividido em comércio, intermediação financeira, seguros e previdência complementar, administração, saúde e educação públicas e seguridade social e outros serviços. O destaque desse setor é a administração pública cuja participação média equivale a 18,40% do valor adicionado estadual. A intermediação financeira e a administração pública aumentaram as suas participações, entretanto, a primeira cresceu mais que proporcionalmente à segunda. O desempenho da Intermediação Financeira refletiu o aumento do total das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres e direcionados, tema do próximo capítulo (CEPERJ, 2011).

Assim, o cenário econômico é composto por um setor primário estagnado e inexpressivo, um setor de serviços responsável por grande parte da atividade econômica no estado, mas com grande participação da economia informal, e alguns setores industriais dinâmicos, em especial a indústria extrativa mineral ligada à extração de petróleo.

2.4. Conclusão

Após a crise econômica por que passou o estado do Rio de Janeiro durante a década de oitenta e início da de 1990, iniciou-se um processo de recuperação. No

entanto, este tem sido significativamente baseado na indústria extrativa, concentrada no petróleo. Tal recurso natural vem ampliando as oportunidades de desenvolvimento regional, tanto no que se refere a investimentos privados, quanto à geração de renda pública – o que deveria se refletir em maior capacidade de geração de infraestrutura e integração regional.

Todavia, tais oportunidades devem ser vistas como passageiras, devido à natureza dessa produção (recurso não renovável). Dessa forma, se por um lado, o aprofundamento dessa cadeia produtiva pode ser vista como essencial evitando que o estado se torne mero explorador de recursos naturais e possa aproveitar melhor as possibilidades que a posse deste o confere; por outro lado, a diversificação da estrutura produtiva estadual também é primordial, para que o esgotamento dessa produção não se reflita na estagnação econômica estadual.

Podemos inferir também que a retomada do crescimento está intimamente associada ao crescimento das cidades do interior, ou seja, ao aumento do peso desses municípios como proporção do PIB estadual, sugerindo que as mesmas estão se tornando atores protagonistas no processo de redistribuição espacial do dinamismo econômico, melhorando as alternativas de localização para os investimentos no estado, estão se firmando como polos regionais de prestação de serviços e atividades comerciais, levando-as a cumprirem um importante papel como articuladoras do território no interior estadual.

Tal crescimento é um indício de uma rede urbana mais equilibrada no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Portanto, a rede urbana fluminense está mais densa e conta com mais níveis hierárquicos embora mantenha um elevado grau de primazia urbana na capital estadual.

Embora as cidades do interior estejam crescendo, a importância da região metropolitana e do município do Rio de Janeiro é grande, o que pode ser confirmado pelos dados de participação no PIB estadual. Entretanto, a produção da região metropolitana tem crescido a taxas menores (tabela 3). A economia carioca exerce grande influência sobre o nível de atividade da região metropolitana, em especial sobre Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo e São João de Meriti. Estes municípios representam a parte mais dinâmica da periferia metropolitana conforme visto na seção anterior.

Outra questão que merece atenção é a definição dos termos município, estado ou região. Nesta dissertação estes termos são empregados no sentido de um

espaço territorial cujas interações entre as administrações e as sociedades locais resultam nos processos de redistribuição espacial.

No próximo capítulo analisaremos como o crédito se distribui no território fluminense, se segue a mesma tendência de desconcentração espacial da produção.

Capítulo 3

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO ATENDIMENTO E DO CRÉDITO BANCÁRIO NO RIO DE JANEIRO

3.1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a distribuição regional do crédito e do atendimento bancário no Rio de Janeiro a partir de indicadores de depósitos, operações de crédito, empréstimos, financiamentos e número de agências. Para tanto, está dividido em 3 seções, além desta introdução e de uma breve conclusão ao seu final. Objetiva-se avaliar em que medida a oferta de crédito tem sido um fator de aprofundamento da desigualdade econômica regional no estado e, em particular, se o crédito tem acompanhado tendência a desconcentração econômica no estado, em que pese a ainda forte concentração econômica na região metropolitana.

A primeira seção apresenta um panorama da história recente do sistema bancário brasileiro, em especial as consequências da reestruturação do setor bancário, situando o estado do Rio de Janeiro nesse sistema.

A segunda seção agrupa os municípios fluminenses de acordo com o PIB de 2005 e está dividido em 2 subseções. A primeira trata das dimensões do sistema bancário fluminense, enquanto a segunda analisa os indicadores relativos às estratégias adotadas pelos bancos nos municípios agrupados segundo o PIB de 2005.

A subseção 3.3.2.1 trata dos indicadores relativos à preferência pela liquidez dos bancos, e dos dados de depósitos à vista e operações de crédito.

A seção 3.4 é formada por 2 subseções. A primeira analisa a distribuição do crédito nos municípios fluminenses através do índice regional do crédito e do volume de crédito. E a segunda compara o acesso aos serviços por grupos de municípios através da análise do número de agências e do atendimento bancário.

3.2. Sistema bancário – um breve histórico

Os bancos buscam continuamente adequar seu portfólio de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que acreditam ser a ideal, frente à conjuntura econômica vigente e às expectativas que têm sobre o futuro, dado o ambiente institucional. Neste contexto, esta seção se destina a sistematizar as mudanças recentes ocorridas no sistema bancário brasileiro.

O processo de reestruturação do setor bancário no Brasil pode ser explicado por dois fatores, um interno e outro externo ao país. O primeiro iniciado em meados da década de 1990, com o fim do processo inflacionário, determinando o término das receitas inflacionárias (diferença entre os depósitos não indexados e os ganhos obtidos investindo estes recursos) que obrigou os bancos a mudarem suas estratégias de atuação, aumentando o peso de créditos concedidos em seu ativo.

A abertura do setor bancário e a sua desregulamentação, aliado ao programa de privatizações dos bancos públicos, em especial os estaduais, foram o segundo fator. Tais fatos serviram de estímulo à concentração bancária no país, refletindo duas tendências simultâneas: a) concentração geográfica das agências e; b) onda de fusões e aquisições.

A primeira relaciona-se diretamente com o fim dos ganhos com a inflação, que chegou a representar cerca de um terço das receitas inflacionárias (tabela 11). Durante o período inflacionário, os bancos se beneficiaram, e muito, das receitas inflacionárias. Os ganhos gerados pelo significativo *spread* nominal entre taxas passivas e ativas de juros, obtidos principalmente nos depósitos à vista, representavam importante fonte de recursos. Este mecanismo induziu os bancos a montarem uma estrutura operacional que maximizasse a captação de depósitos (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002). Esta estratégia encontrava respaldo na diretriz do Banco Central que, naquela época, objetivava uma maior capilaridade do atendimento bancário. O que implicou na abertura de grande quantidade de agências em diversos municípios brasileiros.

Tabela 11
Receitas Inflacionárias dos Bancos (%)

Ano	Receitas inflacionárias sobre o PIB			Receitas inflacionárias sobre o valor adicionado		
	Privado	Público	Total	Privado*	Público	Total
1990	1.4	2.6	4.0	31.3	38.7	35.7
1991	1.4	2.4	3.9	34.7	46.5	41.3
1992	1.7	2.3	4.0	31.3	55.5	41.9
1993	1.6	2.7	4.2	19.6	67.7	35.3
1994	0.7	1.3	2.0	11.1	38.4	20.4
1995	0.0	0.1	0.0	-0.9	2.5	0.6

Fonte: IBGE/DECNA (1997, p.44-46).

Nota: Bancos incluem tanto bancos comerciais quanto múltiplos.

(*) Valores negativos em 1995 são devido à política monetária restritiva que resultou em um aumento nas reservas compulsórias.

A partir de julho de 1994, entretanto, com a implantação do Plano Real (plano de estabilização da economia), observou-se uma rápida queda da inflação. O novo ambiente macroeconômico gerou profundas consequências para o funcionamento do sistema bancário, uma vez que extinguiu a principal fonte de rentabilidade dos bancos, representado pelas receitas inflacionárias. As perdas indicavam claramente que o sistema financeiro teria de passar por profundo processo de ajuste (CORAZZA, 2001).

A perda das receitas inflacionárias não só forçou o sistema bancário a buscar fontes alternativas de lucro, como também reduziu suas dimensões. As instituições bancárias que não conseguiram se readaptar ao novo ambiente faliram ou foram adquiridas por instituições maiores. De acordo com dados do Banco Central (BC), em dez anos (de dezembro/1993 a dezembro/2003), o número de bancos comerciais (incluindo as filiais de bancos estrangeiros) caiu 34% (de 35 para 23), e o de bancos múltiplos, 32% (de 206 para 140).

Inicialmente, os bancos responderam à perda das receitas inflacionárias, aumentando o quantitativo de operações de crédito, aproveitando-se, assim, do forte crescimento da demanda doméstica que ocorreu em função da própria estabilidade de preços, mas a diminuição do ritmo de crescimento da economia no 2º trimestre de 1995, decorrente da adoção pelo governo brasileiro de uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido à crise mexicana do fim de 1994 (elevação das taxas de juros pelo Banco Central do Brasil para evitar a saída de capitais), elevou enormemente os créditos em atraso e em liquidação (PUGA, 1999). Assim, em um

segundo momento, os bancos passaram a adotar uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e pela segurança. Direcionaram então suas carteiras para ativos de menor risco, em especial títulos públicos, bem remunerados ao longo do período.

A segunda tendência, a de fusões e aquisições bancárias (F&As), foi consequência tanto do movimento anteriormente descrito quanto dos importantes incentivos concedidos pelo governo, mediante a implantação de dois programas de reforma do sistema financeiro: o PROER e o PROES. A abertura do sistema bancário à participação estrangeira também foi fundamental para o processo, especialmente a partir de 1995.

O PROER, criado em novembro de 1995, autorizava o Banco Central a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades resultantes do novo ambiente macroeconômico vigente. Já o PROES foi criado em fevereiro de 1997, com o mesmo objetivo, mas focado na promoção do saneamento financeiro dos bancos estaduais para fins de privatização. Os dois programas definiram importantes instrumentos institucionais para a reestruturação do setor bancário brasileiro, contribuindo também para o propósito governamental de reduzir a presença dos bancos públicos, por viabilizarem as privatizações (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002).

O processo de reestruturação do setor bancário no Brasil resultou, assim, na redução do número de bancos e agências, assim como na realocação das mesmas. Observa-se também uma tendência à concentração bancária, decorrente do processo de F&As bancárias a partir do ano de 2000: a participação dos 10 maiores bancos no total dos ativos do setor bancário cresceu de 70,0% em 1999 para 87,5% em 2008 (tabela 12). Este processo foi comandado por grandes grupos bancários – nacionais (Itaú, Bradesco e Unibanco) e estrangeiros (Santander, ABN-Amro e HSBC).

Tabela 12
Indicadores de concentração bancária (total dos ativos)

Ano	RC2	RC5	RC10	RC20
1995	34.6	56.3	70.6	83.0
1996	32.1	55.4	68.9	81.5
1997	32.1	53.3	65.4	79.0
1998	36.4	56.7	69.6	84.2
1999	34.3	55.4	70.0	84.7
2000	32.4	56.6	72.6	88.3
2001	29.0	54.2	71.9	87.2
2002	31.6	59.9	76.3	90.0
2003	33.7	62.1	79.7	90.6
2004	31.6	59.8	78.7	90.8
2005	30.9	58.6	79.9	91.6
2006	29.5	60.4	82.2	92.2
2007	28.8	59.6	80.5	91.2
2008	39.5	75.5	87.5	93.8

Fonte: Paula (2011, p. 170), com base em dados do Banco Central do Brasil.

OBS: Razão de concentração é calculada pela soma dos maiores bancos (2, 5, 10 ou 20) sobre o total de ativos do setor bancário.

De acordo com FREITAS e PAULA (2010), o número de instituições financeiras de cunho mais regional no Brasil sofreu forte redução, em especial os bancos estaduais e os privados de porte médio com foco principal em seus estados e regiões de atuação. Submeteu também as regiões menos desenvolvidas às decisões estratégicas de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros sediados, em sua maioria, na cidade de São Paulo. Essa hierarquização pode ser vista na tabela 13 através do aumento da participação das agências da região Sudeste de 50,19% em 1995 para 54,76 em 2008 em detrimento da redução na participação das demais regiões.

Tabela 13
Participação das regiões sobre o total de agências no país (%)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	TOTAL
1995	4,10	16,10	50,19	21,38	8,23	100
1996	4,00	15,79	51,22	21,03	7,97	100
1997	3,91	15,40	52,09	20,61	7,99	100
1998	3,48	14,77	53,19	21,06	7,51	100
1999	3,46	14,46	53,81	20,87	7,40	100
2000	3,41	14,20	54,49	20,61	7,29	100
2001	3,35	14,08	54,92	20,32	7,33	100
2002	3,41	14,07	54,85	20,26	7,41	100
2003	3,47	13,90	54,84	20,25	7,53	100
2004	3,73	14,49	54,00	20,22	7,57	100
2005	3,82	14,42	54,05	20,17	7,55	100
2006	3,90	14,22	54,41	19,97	7,50	100
2007	3,91	14,15	54,75	19,73	7,46	100
2008	3,98	14,13	54,76	19,64	7,49	100
2009	3,99	13,94	55,58	19,06	7,43	100

Fonte: BCB/SISBACEN.

A participação relativa da região Sudeste apresentou um pequeno, porém constante, crescimento durante todo o período, determinando uma tendência de concentração do número de agências na mesma. Há de se ressaltar ainda que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 2008, ainda não haviam recuperado os índices de participação relativa apresentados em 1995. Isso pode ser explicado pelo fato de que a mudança da lógica de atuação dos bancos após o processo de reestruturação bancária permanece, privilegiando as regiões de maior desenvolvimento econômico, ou seja, a região Sudeste, em especial os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

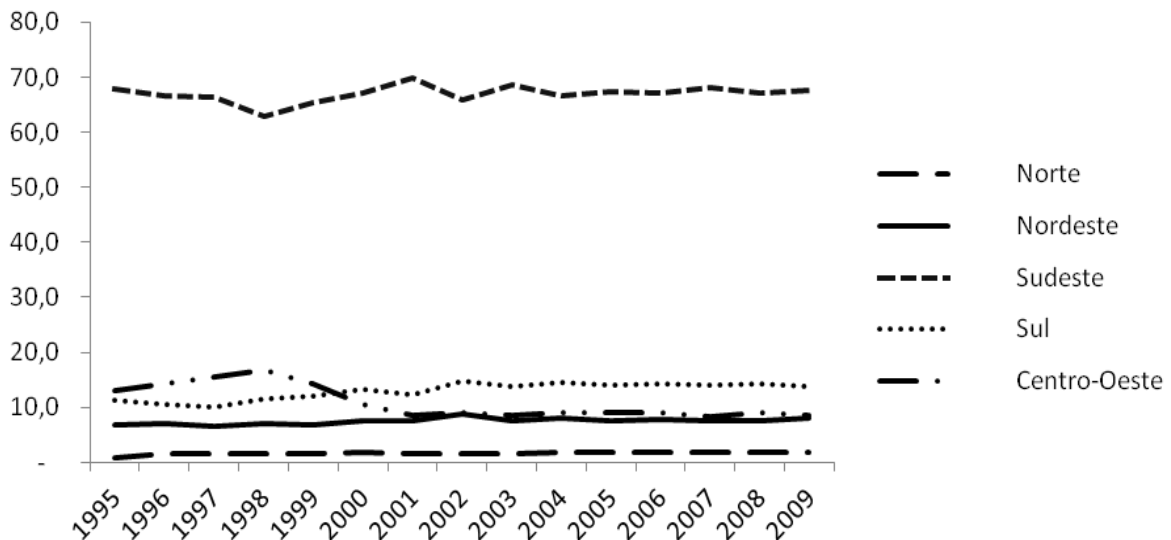
CORRÊA (2006) destaca que os bancos estaduais de Roraima, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Alagoas, Rio de Janeiro, Amapá, Rondônia e Acre tiveram suas agências encerradas e os bancos públicos que foram privatizados, em geral, reduziram o número de agências. Além disso, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste também reduziram o número de agências.

Segundo VASCONCELOS et al. (2004) aumentou o número de municípios sem agências. Este fato parece evidenciar uma exclusão financeira de parte da população brasileira e precário acesso ao atendimento bancário.

Para FREITAS e PAULA (2010) há indícios de que o processo de consolidação do setor bancário brasileiro está fortemente relacionado com a teoria

de economias centrais e periféricas, com atuação bancária concentradora privilegiando a atividade de intermediação financeira em regiões centrais, isto é, mais ricas, em detrimento das regiões periféricas, mais pobres.

Gráfico 3 – Participação das grandes Regiões nas Atividades de Intermediação Financeira, Brasil: 1995 - 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

No gráfico 3 podemos destacar a participação relativa da região Sudeste na atividade de intermediação financeira⁸ em detrimento das demais regiões. A região Norte apresentou a menor participação durante todo o período. Se relacionarmos isso com a sua participação no PIB, que é a menor entre as regiões brasileiras (tabela 16), encontraremos evidências de que o sistema bancário brasileiro atua de forma diferenciada no espaço, privilegiando a intermediação financeira em regiões mais desenvolvidas, isto é, de maior PIB.

A participação da região Centro-Oeste cresce de 13,1% em 1995 para 16,8% em 1998, decresce atingindo 8,5% em 2001. De 2001 a 2009 oscila entre 8,5 e 9,2%. A evolução da participação dessa região sofre influência de Brasília, sede do governo central, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

As regiões Nordeste e Sul aumentaram a sua participação de 6,8% e 11,4% em 2000 para 8,1% e 13,9% respectivamente em 2009, seguindo a tendência de aumento na participação do PIB conforme a tabela 16. Enquanto a região Sudeste

⁸ Para o IBGE, intermediadores financeiros são as instituições que “operam com a capacidade de criar, coletar e redistribuir fundos financeiros”. (IBGE 2008; 43)

oscilou durante o período, mas apresentou em 2009 a mesma participação de 1995, aproximadamente 67,7%. Só ultrapassou esse valor em 2001, 2003 e 2007, alcançando maior participação em 2001 69,9%.

Esses dados confirmam a hipótese teórica de que um sistema bancário, como o brasileiro, baseado em grandes bancos, tende à concentração bancária. Não apenas porque as sedes estão concentradas em grandes centros econômicos, principalmente na região Sudeste, mas também porque alimenta o processo de concentração das demais atividades econômicas, especialmente a industrial.

Tabela 14
Participação das Regiões sobre as Operações de Crédito concedidas no Brasil (%)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
1995	1,18	10,74	12,08	61,28	14,73	100
1996	3,60	8,71	8,07	66,25	13,36	100
1997	1,90	13,61	12,33	59,45	12,70	100
1998	1,87	9,59	12,47	63,00	13,07	100
1999	1,46	8,99	12,83	64,15	12,56	100
2000	1,40	8,21	12,67	65,54	12,17	100
2001	1,16	5,85	9,59	72,21	11,20	100
2002	1,15	5,98	8,18	72,97	11,72	100
2003	1,37	6,21	8,73	70,87	12,82	100
2004	1,48	6,48	9,28	69,05	13,70	100
2005	1,58	6,11	8,97	69,80	13,55	100
2006	1,67	6,10	8,52	70,63	13,09	100
2007	1,54	5,71	7,61	72,89	12,25	100
2008	1,46	5,63	9,05	70,93	12,92	100
2009	1,80	7,15	10,41	67,62	13,02	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

Os dados da tabela 14 também ressaltam a forte concentração das operações de crédito nos estados do Sudeste. De acordo com FREITAS e PAULA (2010) esse comportamento é, em boa parte, devido à aquisição de bancos de cunho regional por grandes conglomerados bancários cujos centros decisórios se localizam em sua maioria na região Sudeste.

Pode-se observar um crescimento da participação da região Sudeste nas operações de crédito concedidas em praticamente todo o período. Paralelamente, observa-se a diminuição da participação das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Em 1995 a região Sudeste concentrava 61,28% das operações de crédito concedidas no Brasil, seguida pelas regiões Sul (14,73%) e Centro-Oeste (12,08%). No entanto, em

2008, a região Sudeste respondia por 70,93% das operações de crédito, seguida pelas regiões Sul (12,92%) e Centro-Oeste (6,1%). Esses dados indicam que a consolidação do setor foi acompanhada por uma concentração do crédito.

No que tange ao movimento dos depósitos à vista (Tabela 15) podemos observar que em 1995 a região Sudeste era responsável pela captação de 69,31% deles no sistema bancário nacional, passando para 75,25% em 2008. A região Sul e Centro-Oeste apresentou certa oscilação sem definir uma tendência clara. De qualquer forma quanto à região Centro-Oeste, é importante destacar que o movimento sofre influência do comportamento de Brasília, capital federal e sede da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. As regiões Norte e Nordeste aumentaram a sua participação de 1,02% e 5,09% em 1995 para 1,14% e 5,11% em 2008 respectivamente. Os dados de depósitos à vista também confirmam a tendência de concentração financeira na região Sudeste, pois sua participação cresceu mais que proporcionalmente às demais regiões brasileiras.

Tabela 15
Participação das Regiões nos Depósitos à Vista do Brasil (%)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
1995	1,02	5,09	14,02	69,31	10,56	100
1996	0,98	9,98	8,15	71,98	8,90	100
1997	1,16	7,64	9,90	71,32	9,98	100
1998	1,24	6,98	11,05	68,53	12,19	100
1999	1,51	7,25	11,21	69,45	10,58	100
2000	1,50	7,22	12,07	69,23	9,97	100
2001	1,42	7,09	14,18	67,16	10,15	100
2002	1,55	6,85	16,45	64,49	10,66	100
2003	1,34	6,14	16,65	65,88	9,99	100
2004	1,29	6,25	13,60	68,64	10,20	100
2005	1,18	6,01	12,29	70,72	9,79	100
2006	1,11	5,31	12,26	72,30	9,02	100
2007	1,06	4,78	9,26	76,73	8,16	100
2008	1,14	5,11	9,90	75,25	8,60	100
2009	1,11	5,70	11,19	73,70	8,30	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCB.

De 2001 a 2004, podemos observar que a participação das operações de crédito na região Sudeste foi maior que a captação dos depósitos, sugerindo que parte dos depósitos captados em outras regiões estava se dirigindo para dar suporte às operações de crédito desta região.

Tabela 16
Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil - 1995-2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no Produto Interno Bruto (%)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0
Rondônia	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,4	1,5	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Nordeste	12,0	12,5	12,5	12,4	12,4	12,4	12,6	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5
Maranhão	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Ceará	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0
Rio Grande do Norte	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Pernambuco	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4
Alagoas	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7
Sergipe	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2
Sudeste	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3	57,7	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3
Minas Gerais	8,6	8,8	8,8	8,6	8,4	8,5	8,5	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9
Espírito Santo	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1

Rio de Janeiro	11,2	11,2	11,1	11,7	11,9	11,8	11,7	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9
São Paulo	37,3	36,5	36,7	36,1	36,0	36,0	35,6	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5
Sul	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4	16,5	16,7	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5
Paraná	5,7	5,7	5,6	5,8	6,0	5,9	5,9	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9
Santa Catarina	3,4	3,5	3,5	3,5	3,5	3,7	3,7	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0
Rio Grande do Sul	7,1	7,0	6,9	6,9	6,9	6,9	7,1	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7
Centro-Oeste	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,4	8,5	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6
Mato Grosso do Sul	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1
Mato Grosso	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8
Goiás	2,0	2,1	2,1	2,2	2,1	2,2	2,3	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6
Distrito Federal	4,4	4,6	4,7	4,8	4,6	3,9	4,0	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA.

Se relacionarmos os dados de crédito, depósito e agências com a participação das regiões no PIB brasileiro (tabela 16), observamos que os primeiros são maiores nas regiões de maior PIB, isto é na região Sudeste, em primeiro lugar em São Paulo, seguido do Rio de Janeiro. Essa comparação também mostra que a oferta de crédito é mais concentrada que o nível de produção entre as regiões. De acordo com FREITAS e PAULA (2010), em outros setores da economia brasileira também há concentração, principalmente no setor industrial e como grande parte das empresas estão sediadas em regiões mais desenvolvidas, as operações de crédito realizadas são contabilizadas no estado sede, embora os recursos sejam aplicados em projetos de outras regiões.

Dessa forma, os dados apresentados confirmam que o crédito se concentra fortemente onde a economia é mais robusta, ou seja, há indícios de que desenvolvimento financeiro e crescimento econômico têm forte ligação embora não se tenha certeza da direção da causalidade, possivelmente indo nas duas direções.

Em resumo, os dados apresentados indicam que há uma concentração de crédito na região Sudeste, mas especificamente no estado de São Paulo, onde a

economia é mais robusta, seguido do estado do Rio de Janeiro, que é o objeto de análise desta dissertação.

Dessa forma, na próxima seção analisaremos a distribuição de crédito, isto é, a atuação dos bancos no estado do Rio de Janeiro, procurando avaliar, em particular, se há ou não uma tendência em curso de maior concentração de crédito no estado.

3.3. Estratégias Bancárias Diferenciadas no Espaço: O Caso do Rio de Janeiro

Optamos nesta dissertação por dividir os 92 municípios fluminenses com dados financeiros para o período de 2000 a 2009 tomando como referência o Produto Interno Bruto (PIB) de 2005⁹. Dessa forma, as cidades foram agregadas em cinco categorias, a saber: (i) Grupo 1 - localidades com PIB entre R\$50 milhões e R\$200 milhões; (ii) Grupo 2 - localidades com PIB entre R\$200 milhões e R\$600 milhões; (iii) Grupo 3 - localidades com PIB superior a R\$600 milhões; (iv) Grupo 4 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro e (v) Grupo 5 - município do Rio de Janeiro. A tabela que segue mostra os municípios que compõem cada grupo.

⁹ Critério de agrupamento dos municípios segundo faixas do PIB de 2005 conforme o utilizado por Nogueira, Crocco e Figueiredo (2009) para os municípios de Minas Gerais.

Tabela 17
Composição dos Grupos

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Metropolitana
APERIBE	ARRAIAL DO CABO	ANGRA DOS REIS	BELFORD ROXO
AREAL	BOM JESUS DO ITABAPOANA	ARARUAMA	DUQUE DE CAXIAS
BOM JARDIM	CACHOEIRAS DE MACACU	ARMACAO DOS BUZIOS	GUAPIMIRIM
CAMBUCI	CANTAGALO	BARRA DO PIRAI	ITABORAI
CARDOSO MOREIRA	CARAPEBUS	BARRA MANSA	ITAGUAI
CARMO	MANGARATIBA	CABO FRIO	JAPERI
COMENDADOR LEVY GASPARIAN	MIGUEL PEREIRA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	MAGE
CONCEICAO DE MACABU	PARAIBA DO SUL	CASIMIRO DE ABREU	MESQUITA
CORDEIRO	PARATI	ITAPERUNA	NILOPOLIS
DUAS BARRAS	RIO DAS FLORES	ITATIAIA	NITEROI
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	SANTO ANTONIO DE PADUA	MACAE	NOVA IGUACU
IGUABA GRANDE	SAO FIDELIS	MARICA	PARACAMBI
ITALVA	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	NOVA FRIBURGO	QUEIMADOS
ITAOCARA	SAO PEDRO DA ALDEIA	PETROPOLIS	RIO DE JANEIRO
LAJE DO MURIAE	SAQUAREMA	PIRAI	SAO GONCALO
MACUCO	VALENCA	PORTO REAL	SAO JOAO DE MERITI
MENDES	VASSOURAS	QUISSAMA	SEROPEDICA
MIRACEMA		RESENDE	TANGUA
NATIVIDADE		RIO BONITO	
PATY DO ALFERES		RIO DAS OSTRAS	
PINHEIRAL		SAO JOAO DA BARRA	
PORCIUNCULA		TERESOPOLIS	
QUATIS		TRES RIOS	
RIO CLARO		VOLTA REDONDA	
SANTA MARIA MADALENA			
SAO JOSE DE UBA			
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO			
SAO SEBASTIAO DO ALTO			
SAPUCAIA			
SILVA JARDIM			
SUMIDOURO			
TRAJANO DE MORAIS			
VARRE-SAI			

Fonte: Elaboração própria.

A alocação dos municípios em grupos tem como objetivo facilitar a análise dos mesmos. Ao agregar localidades com peso econômico semelhante, tem-se como hipótese subjacente o fato de o sistema bancário guiar suas estratégias –

tanto de localização, quanto de alocação de recursos – em parte, com base nessa variável. A opção de isolar o município do Rio de Janeiro se justifica por seu peso econômico no PIB fluminense conforme pode ser visto na tabela 18. Cabe destacar que tal agrupamento, justificável para avaliar a relação entre distribuição de crédito e desenvolvimento econômico, tem restrições, pois a amostra em cada grupo pode ser heterogênea em função da existência de municípios de tamanho grande e de tamanho pequeno.

A participação da produção carioca corresponde a mais de 40% do PIB estadual em todo o período, respondendo por mais da metade do PIB fluminense de 2000 a 2004. A região metropolitana é responsável por mais de 70% do PIB estadual ficando abaixo desse percentual apenas nos anos de 2006 e 2008.

Tabela 18
Participação dos Grupos no PIB do Estado do Rio de Janeiro

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana*	Município do RJ
2000	1,61	2,34	19,82	76,22	54,90
2001	1,59	2,36	19,78	76,27	54,31
2002	1,53	2,35	21,29	74,84	53,14
2003	1,53	2,45	22,96	73,06	50,93
2004	1,51	2,39	23,54	72,55	50,54
2005	1,42	2,25	26,13	70,20	47,68
2006	1,37	2,22	28,77	67,63	46,50
2007	1,38	2,24	26,12	70,25	47,21
2008	1,60	2,43	31,15	64,82	46,26
2009	1,66	2,54	24,30	71,50	49,66
Média	1,52	2,36	24,39	71,73	50,11

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE.

(*) Inclui o município do Rio de Janeiro.

Esta seção se divide em duas subseções. A primeira mostra qual o peso dos grupos de municípios no sistema bancário fluminense através da análise de dados relativos aos ativos bancários, enquanto a segunda analisa a forma como os bancos atuam no território fluminense.

3.3.1. O Tamanho Regional do Sistema Bancário Fluminense

A literatura acerca da relação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento mostra a existência de uma relação causal entre o primeiro e o segundo (LEVINE, 1997; KING e LEVINE, 1993a, 1993b e 1993c; entre outros). De acordo com NOGUEIRA, CROCCO e FIGUEIREDO (2009), entre as variáveis utilizadas para medir esta relação, o indicador Ativo Financeiro/PIB é um dos mais utilizados, visto que dá a dimensão do sistema financeiro na economia local.

A tabela, a seguir, mostra o peso diferenciado do sistema bancário fluminense, por intervalos de PIB, captado a partir desse indicador.

Tabela 19
Ativos Financeiros/PIB dos grupos selecionados: 2000 – 2009 (%)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro
2000	8,92	16,72	15,73	649,75	991,66
2001	9,40	27,20	14,89	866,38	1354,75
2002	10,43	18,55	15,82	1133,02	1806,60
2003	40,87	33,27	28,26	909,62	1289,28
2004	18157,00	40,34	37,84	874,75	1228,06
2005	150,54	61,02	63,17	1327,02	1889,82
2006	282,72	70,70	119,63	1276,34	1719,26
2007	25,09	33,26	20,70	498,42	731,19
2008	15,66	27,03	15,06	309,64	422,92
2009	24,96	34,32	35,67	409,26	576,76

Fonte: elaboração própria com dados do BCB.

De acordo com a tabela 19, o grupo 1 apresentou níveis maiores que 100% nos anos de 2004 a 2006, alcançando em 2004 o valor anormal de 18.157%. Decompondo esse grupo podemos perceber que o crescimento desse período foi influenciado pelos municípios de Bom Jardim, Mendes e Porciúncula cujas contas de compensação apresentaram valores altos para o período. Na tabela 20 podemos ver a evolução das cidades que fazem parte desse grupo.

Tabela 20
Ativos/PIB do grupo 1: 2000 – 2009

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
APERIBE	1,30	1,68	1,22	4,67	5,78	6,54	7,82	10,18	0,00	11,15
AREAL	29,82	28,42	28,70	15,97	10,08	10,68	11,50	11,68	13,58	12,65
BOM JARDIM	16,36	17,19	26,09	339,15	607,30	1.213,23	41,32	43,33	25,69	31,13
CAMBUCI	6,10	6,74	6,42	16,74	16,23	17,74	20,23	25,19	9,91	20,78
CARDOSO MOREIRA	6,87	6,76	5,27	16,79	16,92	17,72	20,61	21,96	11,20	14,59
CARMO	5,25	5,41	4,86	14,12	14,46	12,42	15,27	18,30	10,34	14,83
COMENDADOR LEVY GASPARIAN	0,00	0,00	0,00	0,00	3,95	4,96	5,20	6,59	5,89	6,69
CONCEICAO DE MACABU	3,78	4,03	6,09	17,64	16,67	19,89	18,40	22,52	4,65	23,20
CORDEIRO	15,80	16,30	14,03	31,07	27,24	29,83	31,16	34,53	24,74	39,16
DUAS BARRAS	2,31	2,37	2,28	6,73	6,81	7,83	11,91	16,32	6,77	15,56
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	5,12	6,28	7,29	6,40	6,80	8,39	8,40	9,52	0,01	15,35
IGUABA GRANDE	0,00	0,00	0,00	0,00	6,65	7,13	8,24	8,59	8,63	13,14
ITALVA	7,11	7,74	8,65	23,05	27,73	30,03	32,62	32,91	15,63	29,34
ITAOCARA	26,65	29,12	28,03	67,16	97,81	155,95	226,21	42,12	33,89	40,58
LAJE DO MURIAE	2,57	2,61	2,56	11,29	11,07	12,00	13,58	16,61	0,00	17,64
MACUCO	1,43	1,43	1,22	5,46	19,34	21,51	24,84	29,70	16,35	25,62
MENDES	31,37	50,64	90,70	182,24	565,30	2.060,89	7.529,04	42,04	34,91	47,65
MIRACEMA	14,85	14,98	15,05	32,06	36,95	39,28	48,64	42,51	31,48	51,41
NATIVIDADE	16,75	16,03	16,27	41,25	49,64	54,48	71,56	44,59	33,45	42,46
PATY DO ALFERES	8,77	10,22	12,06	11,53	13,21	15,29	15,71	17,29	17,17	24,65
PINHEIRAL	12,95	9,51	10,68	9,80	9,70	10,84	12,18	13,13	12,12	15,01
PORCIUNCULA	14,47	14,31	17,61	44,86	421.434,23	77,19	59,68	48,42	35,84	50,52
QUATIS	7,47	8,26	7,94	12,05	8,17	14,98	18,73	23,34	20,44	12,97
RIO CLARO	12,34	14,84	15,61	14,23	16,18	15,71	18,70	21,70	9,99	19,88
SANTA MARIA MADALENA	5,35	7,30	6,38	21,46	18,52	20,65	24,49	26,38	18,89	30,02
SAO JOSE DE UBA	5,74	6,16	6,70	23,72	30,66	22,22	25,52	33,94	12,83	27,41
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	4,48	4,10	4,77	13,45	11,60	13,78	15,44	18,29	7,68	20,58
SAO SEBASTIAO DO ALTO	2,40	2,30	2,01	7,14	8,15	8,23	9,15	12,60	0,00	14,82
SAPUCAIA	13,30	18,49	34,74	53,31	92,19	189,49	306,82	20,40	12,35	16,55
SILVA JARDIM	2,46	2,96	2,72	11,82	10,84	12,16	13,01	15,94	5,71	21,63
SUMIDOURO	3,62	3,61	3,91	8,09	9,44	11,83	11,95	19,22	5,59	17,67
TRAJANO DE MORAIS	3,42	2,99	3,43	14,29	11,86	13,08	14,44	17,67	0,00	21,00
VARRE-SAI	1,85	1,48	1,35	6,58	5,98	6,69	13,41	17,31	10,11	22,04
TOTAL DO GRUPO	8,92	9,40	10,43	40,87	18.157,00	150,54	282,72	25,09	15,66	24,96

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

A tabela 19 indica que somente a região metropolitana, que inclui o município carioca, apresenta valores maiores que 100% durante todo o período, o que significa

que, nesta região, o sistema financeiro aloca um volume de recursos superior ao PIB gerado pelos mesmos. Em última instância, sugere uma “drenagem” de recursos para esta região, e ainda o fato de que operações de crédito de volume mais elevado frequentemente são feitas na capital do estado, mesmo que relacionadas a atividades econômicas em outro município.

3.3.2. Estratégias Bancárias Regionais

A identificação de estratégias bancárias diferenciadas no espaço não é uma tarefa fácil. Primeiro, pela ausência de dados satisfatórios para uma análise da questão regional sob a ótica financeira e monetária. E segundo pelo elevado grau de associação existente entre as regiões, há sempre a possibilidade de o que ocorre em uma região ser consequência de eventos ocorridos em outras regiões que não a analisada. Este fato é ainda mais relevante no caso brasileiro, no qual o sistema bancário é composto basicamente por grandes bancos nacionais, com agências espalhadas por todo o país, e poucos bancos regionais. Apesar disto, acredita-se que há fortes indicações no sentido de identificar estas estratégias, mesmo considerando-se as questões supracitadas. Assim sendo, alguns indicadores foram elaborados e, apesar de serem apresentados isoladamente, devem ser considerados em seu conjunto para a identificação destas estratégias.

3.3.2.1. Preferência pela liquidez dos bancos

Para avaliar o impacto dos fatores monetários sobre o crédito regional o Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) do Cedeplar/UFMG calculou um índice de preferência pela liquidez.

A preferência pela liquidez dos bancos (PLB) mede a maior ou menor disposição dos bancos em manterem-se mais ou menos líquidos (NOGUEIRA, CROCCO e FIGUEIREDO; 2009). Trata-se da razão entre o item mais líquido do passivo dos bancos (total dos depósitos à vista) e item menos líquido do ativo (total dos créditos concedidos). Deste modo temos que:

$$PLB = \frac{DV}{OC} (1),$$

Onde:

DV: total dos depósitos à vista;

OC: Operações de crédito.

Assim, quanto maior o indicador PLB maior a preferência pela liquidez do banco, ou seja, menor a sua disposição em emprestar (em se tornar menos líquido).

Tabela 21
Preferência pela liquidez dos bancos - Cidades fluminenses agregadas segundo o PIB de 2005 - 2000 - 2009

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro
2000	0,45	0,37	0,36	0,12	0,12
2001	0,43	0,32	0,45	0,17	0,16
2002	0,40	0,30	0,55	0,21	0,20
2003	0,34	0,29	0,48	0,22	0,21
2004	0,32	0,27	0,46	0,25	0,24
2005	0,28	0,26	0,42	0,27	0,26
2006	0,26	0,24	0,40	0,29	0,28
2007	0,25	0,23	0,38	0,29	0,29
2008	0,24	0,23	0,33	0,21	0,21
2009	0,22	0,22	0,30	0,20	0,19
Média	0,32	0,27	0,41	0,22	0,22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

De acordo com os dados da tabela 21, os municípios menos desenvolvidos, com PIB entre 50 e 200 milhões de reais, apresentaram os maiores níveis de preferência pela liquidez durante toda a série. Já a região metropolitana e o município do Rio de Janeiro – mais desenvolvidos - obtiveram os menores índices como seria de se esperar. Entretanto, no período de 2005 a 2007, o grupo 2 teve índices menores ou iguais (2005) ao município do Rio de Janeiro sendo menor que o grupo 3 entre 2001 e 2009.

Embora o município do Rio de Janeiro apresente o menor indicador, observa-se que o mesmo vem aumentando durante o período de 2000 a 2007, decrescendo apenas em 2008 e 2009. Entretanto, os índices de 2008 e 2009 não atingem os níveis de 2000. O crescimento desse índice pode ser explicado pelo fato de o volume de depósitos à vista ter triplicado de 2000 para 2009 enquanto que o crédito concedido dobrou, conforme pode ser visto no gráfico e na tabela a seguir. Tanto os depósitos à vista quanto as operações de crédito cresceram, contudo, o primeiro

cresceu mais que proporcionalmente que o segundo, causando assim o aumento da razão entre esses dois indicadores. Decompondo os grupos podemos perceber que na região metropolitana do Rio de Janeiro, é o município carioca que induz o aumento desse indicador. As demais cidades que compõem o grupo mantêm o índice mais ou menos constante durante toda a série. Isso também nos revela que a PPLB das cidades de porte médio está decrescendo o que pode indicar uma tendência à desconcentração de crédito no estado.

As tabelas 22 e 23 apresentam a evolução da participação dos depósitos à vista e das operações de crédito por grupo. Se compararmos as duas tabelas, perceberemos que tanto os depósitos à vista como as operações de crédito se concentram fortemente na região metropolitana, principalmente no município do Rio de Janeiro. Entretanto, a participação carioca nos depósitos estaduais é menor que a participação das operações de crédito, o que pode indicar uma drenagem de recursos das demais regiões para a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, enquanto a média dos depósitos cariocas representa 79,76% do estado, as operações de crédito correspondem a 87,05%.

Tabela 22
Participação (%) dos Grupos nos Depósitos à Vista do Estado

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro
2000	0,81	1,34	9,39	88,46	79,39
2001	0,89	1,37	10,27	87,48	77,94
2002	0,81	1,21	9,69	88,29	79,36
2003	0,78	1,17	9,23	88,83	79,84
2004	0,73	1,11	8,80	89,37	80,49
2005	0,74	1,13	8,80	89,34	80,23
2006	0,66	1,04	8,44	89,85	81,01
2007	0,60	0,94	7,92	90,54	82,05
2008	0,72	1,18	8,96	89,14	78,98
2009	0,76	1,28	9,33	88,63	78,32
Média	0,75	1,18	9,08	88,99	79,76

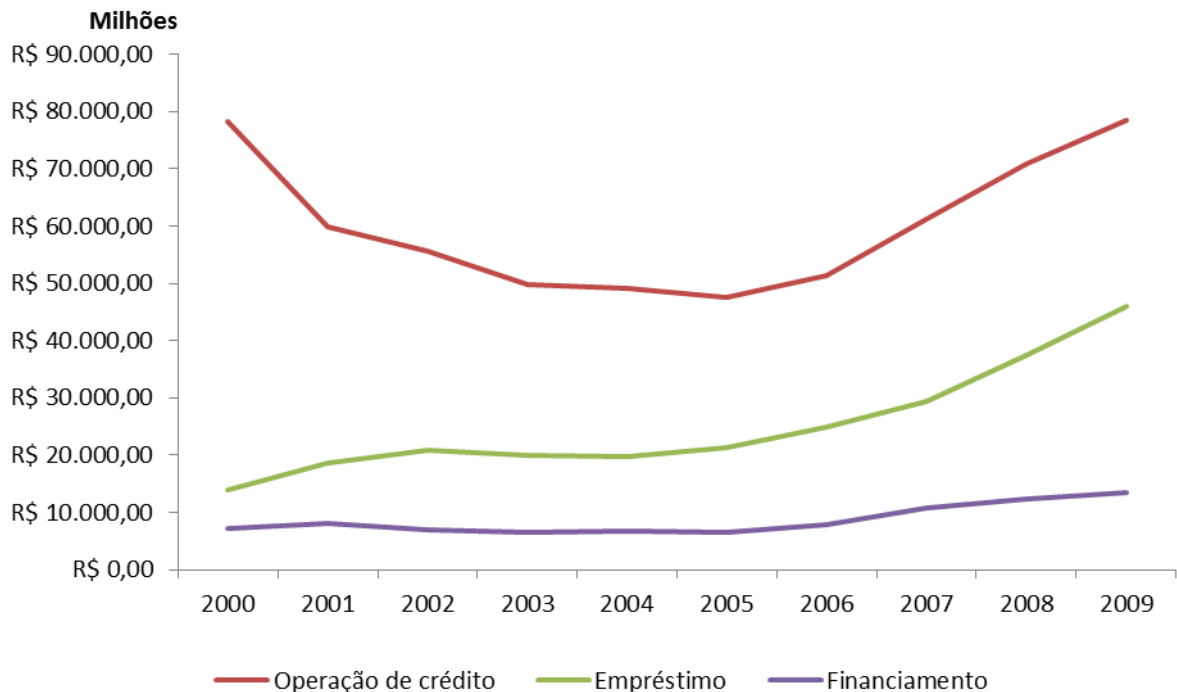
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

Tabela 23
Participação (%) dos Grupos nas Operações de Crédito do Estado

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro
2000	0,24	0,48	3,53	95,75	89,96
2001	0,39	0,81	4,27	94,54	89,16
2002	0,46	0,90	3,97	94,67	90,52
2003	0,53	0,93	4,36	94,18	89,10
2004	0,61	1,08	5,10	93,21	87,53
2005	0,73	1,22	5,81	92,23	85,53
2006	0,75	1,29	6,29	91,67	84,40
2007	0,71	1,20	6,20	91,89	84,76
2008	0,68	1,13	6,03	92,16	85,29
2009	0,72	1,19	6,49	91,59	84,28
Média	0,58	1,02	5,20	93,19	87,05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

Gráfico 4
Volume de Crédito* do Estado do Rio de Janeiro: 2000 - 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

*Dados em milhões de reais de 2009.

Os empréstimos e financiamentos compõem a estrutura das operações de crédito. A diferença entre eles é que o primeiro geralmente apresenta maior prazo e

taxas menores, pois está vinculado a um fim específico, enquanto que o segundo é de curto prazo e é concedido a taxas maiores, já que não tem destinação específica.

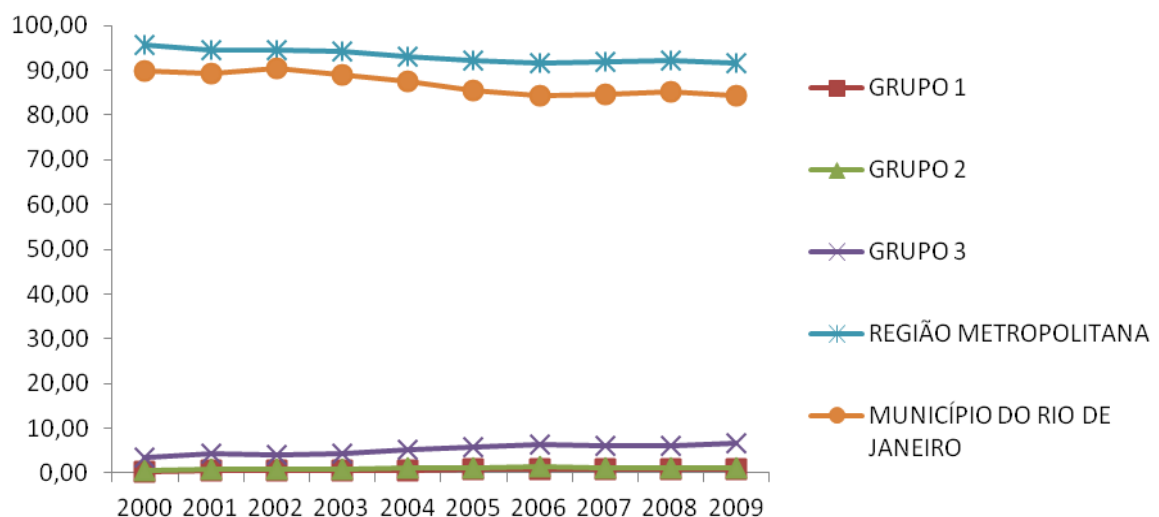
O gráfico 4 mostra que a partir de 2005 há uma tendência de crescimento para as operações de crédito, em especial dos empréstimos, uma tendência que ocorreu a nível nacional. A próxima seção analisará como esse crescimento está se distribuindo entre as cidades fluminenses agregadas segundo o PIB de 2005.

3.4. A Distribuição Regional do Crédito

O gráfico 5 mostra como se distribui as operações de crédito entre os municípios fluminenses classificados segundo o valor do PIB de 2005.

Como se pode observar existe uma forte concentração regional do crédito no estado, delineando o mesmo quadro hierárquico observado nos indicadores já analisados. Observa-se que há uma correspondência entre peso econômico e grau de participação no volume de crédito concedido: quanto maior o PIB de um município, maior é o volume de crédito registrado, fato este que acaba reforçando as disparidades regionais.

Gráfico 5
Distribuição Regional do Crédito – Cidades Fluminenses Agregadas: 2000 - 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

A tabela 24 decompõe as operações de crédito em empréstimos e financiamentos pelos grupos. A evolução desses indicadores evidencia uma certa

tendência à desconcentração de crédito no estado, pois a região Metropolitana apresenta valores decrescentes para todo o período em detrimento das demais regiões cuja tendência é de crescimento.

De acordo com a tabela 23 o município do Rio de Janeiro é responsável por aproximadamente 84% das operações de crédito estaduais no ano de 2009. Apesar do peso desse município, tanto no estado quanto na região metropolitana, sua participação vem caindo no período de 2003 a 2009 e conseqüentemente conduzindo a queda da região metropolitana. Em contrapartida, o grupo 1 triplicou a sua participação e o grupo 2 mais que dobrou, o que evidencia uma certa desconcentração da oferta de crédito no estado do Rio de Janeiro, por conta do aumento maior da participação relativa dos municípios menores em termos de renda.

Tabela 24
Distribuição regional dos financiamentos (%) e empréstimos (%) – cidades fluminenses agregadas segundo o PIB de 2005: 2000 a 2009

	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Região Metropolitana		Município do Rio de Janeiro	
	Emp.	Fin.	Emp.	Fin.	Emp.	Fin.	Emp.	Fin.	Emp.	Fin.
2000	0,53	0,11	0,93	0,18	6,92	1,49	91,62	98,22	83,20	97,31
2001	0,65	0,13	1,18	0,23	7,41	2,08	90,76	97,55	81,86	95,94
2002	0,66	0,15	1,23	0,27	7,47	2,29	90,64	97,29	82,34	94,50
2003	0,72	0,12	1,22	0,24	8,09	1,85	89,96	97,79	80,96	92,33
2004	0,81	0,23	1,28	0,33	8,84	2,12	89,08	97,33	79,48	91,58
2005	0,88	0,31	1,41	0,45	9,54	2,80	88,17	96,43	77,48	89,57
2006	0,86	0,26	1,43	0,44	9,70	3,11	88,01	96,19	77,25	88,94
2007	0,80	0,29	1,40	0,44	9,52	3,41	88,27	95,87	77,88	88,63
2008	0,68	0,33	1,18	0,50	8,50	3,16	89,63	96,01	80,22	90,86
2009	0,70	0,33	1,14	0,50	8,26	2,91	89,90	96,26	80,84	92,56
Média	0,73	0,23	1,24	0,36	8,43	2,52	89,60	96,89	80,15	92,22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

Outra forma de averiguar a hipótese de desconcentração de crédito e também de confirmar o peso do município carioca é através da análise do PIB e das operações de crédito dos municípios agrupados segundo os critérios utilizados pelo IBGE, relacionados à região geográfica.

O IBGE divide o estado do Rio de Janeiro em 6 mesorregiões: Noroeste, Norte, Baixadas, Centro, Metropolitana e Sul¹⁰. A tabela 25 apresenta a participação do PIB dessas mesorregiões no PIB fluminense. A participação média da região metropolitana definida pelo IBGE corresponde a 75,25% do estado, próximo ao apresentado na tabela 18, isto é, 71,73%.

A mesorregião metropolitana definida pelo IBGE é constituída de 30 municípios, diferente da região metropolitana do Rio de Janeiro definida pela Secretaria de Planejamento e Gestão do estado do Rio de Janeiro, que é formada por 19 municípios. A região metropolitana utilizada nessa dissertação, como já assinalado, é a definida pelo órgão estadual.

Tabela 25
Participação das Mesorregiões no PIB Estadual (%): 2000 - 2009

	Noroeste	Norte	Baixadas	Centro	Metropolitana	Sul
2000	1,11	6,49	3,05	2,17	79,65	7,53
2001	1,05	6,53	3,16	2,04	79,68	7,54
2002	1,00	7,49	3,74	2,03	78,41	7,33
2003	1,06	8,40	3,94	2,04	76,65	7,91
2004	1,01	8,28	3,92	1,90	76,02	8,87
2005	1,16	10,19	5,38	1,76	73,56	7,95
2006	1,07	12,39	6,35	1,76	71,09	7,34
2007	0,95	10,80	5,16	1,76	73,75	7,59
2008	1,06	14,57	5,53	1,85	68,44	8,54
2009	1,07	9,04	4,07	2,06	75,24	8,52
Média	1,05	9,42	4,43	1,94	75,25	7,91

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

¹⁰ As 6 mesorregiões definidas pelo IBGE são: Noroeste, Norte, Baixadas Litorâneas, Centro, Metropolitana e Sul. Os municípios que formam o Noroeste são: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai. Os que compõem o Norte: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana e São João da barra. As Baixadas Litorâneas são formadas por: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da aldeia, Saquarema e Silva Jardim. O Centro é formado por: Areal, Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Trajano de Moraes e Três Rios. A mesorregião Metropolitana é composta por: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Paty do Alferes, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São José do Vale do Rio Preto, Seropédica, Tanguá, Teresópolis e Vassouras. E o Sul é formado por: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Parati, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

Tabela 26
Participação (%) das Mesorregiões nas Operações de Crédito do Estado: 2000 – 2009

	Noroeste	Norte	Baixas	Centro	Metropolitana	Sul
2000	0,32	0,84	0,40	0,46	96,61	1,37
2001	0,53	0,94	0,48	0,73	95,73	1,59
2002	0,56	0,90	0,59	0,73	95,74	1,47
2003	0,57	1,06	0,74	0,78	95,26	1,59
2004	0,67	1,44	0,71	1,00	94,41	1,75
2005	0,76	1,70	0,90	1,06	93,52	2,05
2006	0,79	1,82	1,00	1,05	93,03	2,29
2007	0,74	1,79	0,95	0,98	93,32	2,20
2008	0,69	1,73	0,93	0,96	93,59	2,09
2009	0,72	1,88	1,03	1,04	93,09	2,23
Média	0,63	1,41	0,77	0,88	94,43	1,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Comparando a tabela 25 com a tabela 26, observa-se que o PIB da mesorregião metropolitana vai perdendo posição durante o período de 2000 a 2006, passando de 79,65% em 2000 para 71,09% em 2006, aumenta em 2007 (73,75%), volta a decrescer em 2008 (68,44%), recuperando posição em 2009 (75,24%); enquanto as operações de crédito realizadas decrescem durante quase todo o período. Mais uma vez podemos observar a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento do sistema financeiro. Esse decréscimo pode indicar uma desconcentração do crédito, visto que a região norte, a região das baixadas e a região sul tiveram sua participação aumentada e, além disso, as médias foram superiores aos níveis de 2000. Podemos observar também que 2008 foi o pior ano para a região metropolitana quando comparado com a participação no PIB apresentado nos demais anos da série, por outro lado, a região norte apresentou sua maior participação no PIB. Ainda assim a mesorregião metropolitana é responsável por mais de 90% do crédito ofertado no estado.

Na próxima seção analisaremos outro indicador, o índice regional de crédito.

3.4.1. Índice regional de crédito

Pode-se argumentar que a concentração espacial do crédito seja apenas um reflexo do peso econômico dos municípios. De fato, é de se esperar que regiões

com maiores PIB apresentem uma demanda por crédito mais elevada e, desta forma, uma maior participação relativa na distribuição deste. Contudo, outros fatores afetam o comportamento da oferta de crédito, como as estratégias de expansão bancária – como no caso da tendência a bancarização de segmentos de baixa renda da população (DYMSKI, 2007), e a tendência à melhoria na distribuição de renda no país como um todo.

O indicador Índice Regional de Crédito (IRC) aponta se a concessão de crédito em determinado grupo é maior do que o que poderia ser esperado em função da riqueza existente na região (PIB). O IRC é calculado a partir da razão entre a participação relativa de um grupo de municípios no total de crédito concedido no estado do Rio de Janeiro e a participação relativa desta mesma região no PIB estadual¹¹, de tal modo que:

$$IRC = \frac{\frac{OC_{mun}}{OC_{est}}}{\frac{PIB_{mun}}{PIB_{est}}}, \text{ onde: } (2)$$

Onde:

OC_{mun} : Operações de crédito do município;

OC_{est} : Operações de crédito do estado;

PIB_{mun} : PIB do município;

PIB_{est} : PIB do estado.

Dessa forma, tem-se um índice que quando superior a 1 sugere que os municípios recebem uma fatia dos empréstimos e financiamentos concedidos no estado que é maior do que sua contribuição para o PIB fluminense e aquelas com valor abaixo de 1 recebem um volume de crédito proporcionalmente inferior ao PIB regional. Deste modo, a tabela 27 mostra que a participação da oferta de crédito da região metropolitana é maior que a participação na produção, o que indica que o crédito é mais concentrado que o nível de produção entre as regiões. Assim como ocorre nas regiões brasileiras, essa concentração pode ser explicada em parte pelo fato de que grande parte das empresas está sediada em municípios mais

¹¹ Este indicador é uma adaptação do conhecido “quociente locacional” amplamente utilizado na literatura de economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica.

desenvolvidos e as operações de crédito realizadas são contabilizadas no município sede, embora os recursos sejam aplicados em projetos de outras regiões.

Tabela 27
Índice regional de crédito (Crédito/PIB) - Cidades fluminenses
2000 a 2007

	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	REGIÃO METROPOLITANA DO RJ	MUNICÍPIO DO RJ
2000	0,15	0,21	0,18	1,26	1,64
2001	0,22	0,31	0,20	1,24	1,64
2002	0,24	0,31	0,15	1,27	1,70
2003	0,25	0,28	0,14	1,29	1,75
2004	0,25	0,28	0,14	1,28	1,73
2005	0,29	0,31	0,13	1,31	1,79
2006	0,28	0,30	0,11	1,36	1,82
2007	0,24	0,25	0,11	1,31	1,80
2008	0,17	0,19	0,08	1,42	1,84
2009	0,17	0,19	0,11	1,28	1,70

Elaboração própria com dados do IBGE e BACEN.

Segundo a definição do IRC o município do Rio de Janeiro recebeu de 2000 a 2009 uma fatia das operações de crédito aproximadamente uma vez e meia maior que a sua contribuição para o PIB estadual. O IRC da região metropolitana também foi maior que 1 durante todo o período, confirmando o peso desta região no estado. Pode se observar também que de 2000 para 2001 os grupos 1 e 2 passaram de um IRC de 0,15 e 0,21 respectivamente para 0,22 e 0,31 enquanto a região metropolitana decresceu de 1,26 para 1,24. O mesmo ocorre nos anos de 2004 para 2005. De 2008 para 2009 o IRC da região metropolitana decresce de 1,42 para 1,28, e o do município do Rio de Janeiro cai de 1,84 para 1,70. Estas oscilações parecem corroborar a hipótese de desconcentração de crédito no estado.

3.4.2. Número de agências e atendimento bancário

Em 11 anos, o número de agências do estado do Rio de Janeiro cresceu de 1.554 em 2000 para 2.015 em 2009. Esse crescimento foi basicamente explicado pelo aumento do número de agências no município do Rio de Janeiro, que tinha 999 agências em 2000 e passou para 1250 em 2009.

De modo geral, nos anos 2000 houve uma expansão da rede de agências em todos os grandes conglomerados financeiros (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e HSBC), um movimento que acompanha a expansão da atividade de intermediação financeira no país conforme pode ser visto na tabela 28.

Tabela 28
Número de Agências: Brasil e regiões

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
2000	557	2.319	1.190	8.898	3.365	16.329
2001	562	2.362	1.229	9.213	3.409	16.775
2002	580	2.390	1.259	9.320	3.442	16.991
2003	583	2.334	1.264	9.207	3.400	16.788
2004	643	2.495	1.303	9.300	3.482	17.223
2005	672	2.535	1.327	9.504	3.546	17.584
2006	704	2.564	1.352	9.814	3.602	18.036
2007	724	2.621	1.383	10.145	3.656	18.529
2008	760	2.700	1.431	10.465	3.754	19.110
2009	799	2.787	1.486	11.121	3.813	20.006

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

A observação da tabela 29, que mostra a evolução do número de agências por grupo no período de 2000 a 2009, indica que houve um crescimento discreto em todos os grupos analisados, com destaque para o grupo 3, que cresceu 40,30% no período. Houve também um crescimento considerável do número de agências da região Metropolitana e no grupo 1, um acréscimo de 22,52% e 22,81% respectivamente. Em termos absolutos, houve um acréscimo de 358 agências na região Metropolitana e de 81 no grupo 3 e 3 no grupo 1. Das 358 agências da região metropolitana 251 estão localizadas no município do Rio de Janeiro conforme observado anteriormente.

Dos 87 municípios assistidos em 2000, apenas Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Petrópolis possuíam 30 ou mais agências, os 4 primeiros fazem parte da região metropolitana, enquanto o último faz parte do grupo 3. Em 2009, além dos municípios citados, Campos Dos Goytacazes e Volta Redonda passaram a ter 30 ou mais agências (20 e 22 respectivamente), esses dois municípios fazem parte do grupo 3. Isso indica que há uma tendência de dinamização do grupo 3, visto que a abertura de várias agências num mesmo

município ou região pode ser entendida como uma evidência de dinamismo do município ou região. Campos faz parte da Bacia de Campos conforme visto no capítulo anterior, uma região que tem se desenvolvido graças à exploração de petróleo e gás. Já em Volta Redonda, está localizada a Companhia Siderúrgica Nacional além de outras empresas siderúrgicas, de cimento e metal mecânica o que pode explicar o desenvolvimento deste município.

Tabela 29
Número de Agências

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro	Total
2000	57	64	201	1.232	999	1.554
2001	57	64	208	1.312	1061	1.641
2002	59	67	212	1.320	1071	1.658
2003	59	68	210	1.283	1040	1.620
2004	63	68	215	1.273	1027	1.619
2005	67	70	222	1.285	1030	1.644
2006	69	70	224	1.337	1063	1.700
2007	67	70	240	1.377	1089	1.754
2008	39	52	195	1.141	899	1.427
2009	70	73	282	1.590	1250	2.015
Média	61	67	221	1.315	1.053	1.663

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

Durante todo o período todos os municípios fluminenses tinham pelo menos uma agência, com exceção de Carapebus, Comendador Levy Gasparian, Iguaba Grande, Japeri e Mesquita. Os 4 primeiros não possuíam agência até 2003 e o último foi emancipado do município de Nova Iguaçu em setembro de 1999, passando a ter agência em 2001.

Na tabela 30, relacionamos população (1.000 habitantes) por agência para comparar o acesso da população dos grupos a serviços bancários, inclusive crédito. Acredita-se que quanto menor a razão população por agência, maior o acesso da população ao atendimento bancário e conseqüentemente maior a oferta de crédito na região.

Todos os grupos, exceto o 2, apresentam uma queda na relação população por agência. Isso significa que o número de agências está aumentando mais que proporcionalmente que o número de habitantes, ou seja, a população está tendo mais acesso aos serviços bancários.

Tabela 30
População (1.000 habitantes)/agência

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro
2000	8,20	8,79	11,93	8,53	5,62
2001	8,46	9,37	12,02	8,37	5,56
2002	8,23	9,09	11,95	8,41	5,54
2003	8,31	9,10	12,24	8,73	5,74
2004	7,93	9,40	12,30	8,97	5,89
2005	7,53	9,30	12,10	8,98	5,92
2006	7,38	9,46	12,18	8,72	5,77
2007	7,36	9,15	11,44	8,38	5,60
2008	13,25	13,10	14,84	10,32	6,85
2009	7,44	9,46	10,41	7,46	4,95
Média	8,41	9,62	12,14	8,69	5,74

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB e IBGE.

De acordo com essa hipótese o grupo 1 por apresentar a menor razão deveria ter uma maior concessão de crédito, entretanto se compararmos a tabela 30 com a tabela 23 (participação dos grupos nas operações de crédito do estado), perceberemos que o grupo 1 possui a menor participação nas operações de crédito realizadas no estado. Além disso, dois municípios (Comendador Levy Gasparian e Iguaba Grande) integrantes do grupo 1 não tinham agências até 2003. Durante toda a série, esse grupo apresentava o menor número de agências quando comparado aos demais (tabela 29). Essa contradição pode ser explicada pelo tamanho da população, que representa cerca de 3% da população do estado, ou seja, o número de habitantes dessa região é muito baixo, induzindo a queda da razão.

A região metropolitana apresenta o segundo menor indicador, corroborando a hipótese de maior acesso ao crédito o que também pode ser visto pela alta participação dessa região nas operações de crédito concedidas no estado conforme visto na tabela 23.

A tabela 31 apresenta a relação do total das operações de crédito dividido pelo número de agências de cada grupo. Todos os grupos aumentaram as operações de crédito por agência. Entretanto o grupo cujo indicador é menor em termos absolutos aumentou em maiores proporções quando comparado aos grupos com maiores indicadores. O indicador de todos os grupos em 2009 é superior à média, evidenciando um forte crescimento a partir de 2007. A região metropolitana,

com destaque para o Rio de Janeiro, é a que mais concede crédito por agência. O indicador carioca aponta para uma concentração de crédito no município carioca, embora os outros grupos apresentem indicadores crescentes, com crescimento relativo maior que a região metropolitana, o que parece evidenciar uma tendência à desconcentração de crédito no estado do Rio de Janeiro.

Tabela 31
Operações de Crédito por agência*

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Região Metropolitana	Município do Rio de Janeiro
2000	R\$ 3.258.486,90	R\$ 5.890.996,41	R\$ 13.758.714,21	R\$ 60.906.670,23	R\$ 70.565.499,39
2001	R\$ 4.078.912,40	R\$ 7.542.260,75	R\$ 12.286.549,43	R\$ 43.155.876,99	R\$ 50.327.360,42
2002	R\$ 4.314.012,53	R\$ 7.469.240,46	R\$ 10.427.505,53	R\$ 39.936.751,30	R\$ 47.063.482,02
2003	R\$ 4.428.873,65	R\$ 6.816.650,64	R\$ 10.338.921,55	R\$ 36.519.827,50	R\$ 42.621.791,21
2004	R\$ 4.761.909,48	R\$ 7.816.423,81	R\$ 11.638.824,71	R\$ 35.958.416,89	R\$ 41.854.522,25
2005	R\$ 5.214.702,01	R\$ 8.296.967,01	R\$ 12.450.517,91	R\$ 34.144.079,80	R\$ 39.502.372,40
2006	R\$ 5.557.732,15	R\$ 9.471.596,19	R\$ 14.400.627,02	R\$ 35.155.498,75	R\$ 40.711.022,05
2007	R\$ 6.516.195,37	R\$ 10.493.781,15	R\$ 15.826.205,59	R\$ 40.904.040,97	R\$ 47.707.390,58
2008	R\$ 12.300.268,80	R\$ 15.474.542,35	R\$ 21.922.970,62	R\$ 57.283.696,95	R\$ 67.286.691,69
2009	R\$ 8.061.029,84	R\$ 12.822.310,02	R\$ 18.068.196,17	R\$ 45.200.569,91	R\$ 52.906.411,61
Média	R\$ 5.849.212,31	R\$ 9.209.476,88	R\$ 14.111.903,27	R\$ 42.916.542,93	R\$ 50.054.654,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB.

*Total de operações de crédito dividido pelo número de agências do grupo, dados em reais de 2009.

3.5. Conclusão

Se relacionarmos os dados de crédito, depósitos, agências, produção, podemos concluir que embora exista uma concentração de crédito maior que a concentração econômica na região metropolitana, tanto as cidades do interior quanto às de porte médio vem apresentando um dinamismo diferenciado evidenciando uma certa tendência à desconcentração do crédito no estado do Rio de Janeiro. Dos grupos analisados podemos destacar o dinamismo do grupo 3. Há indícios de que algumas cidades integrantes desse grupo podem estar funcionando como subpolos regionais, o que vem atraindo a atividade bancária para essas cidades.

Um fato que pode explicar o dinamismo dessas cidades, em especial as do interior, é a melhora na distribuição de renda em todo país, proporcionando rendimentos maiores para a população, induzindo o crescimento dessas localidades.

Ao mesmo tempo, os dados bancários apresentados neste capítulo combinado com os dados relativos à evolução do PIB apresentados no capítulo anterior parecem evidenciar que a tendência à desconcentração de crédito acompanhou o movimento de crescimento da atividade econômica em alguns municípios que não integram a região metropolitana. Ainda assim, a concentração econômica e da atividade bancária na região metropolitana mantém-se em níveis elevados.

Os estudos de CORRÊA (2006), utilizando dados de crédito até 2002, já apontavam para o aumento da concentração de crédito na região Sudeste devido ao crescimento do crédito na cidade de São Paulo e, em segundo lugar, com o aumento do crédito nas cidades de porte médio, mais dinâmicas, dos respectivos estados da região, em linha com a tendência encontrada neste capítulo. Também destacava a existência de municípios de porte médio cujo movimento financeiro se equipararia a algumas capitais das regiões Nordeste e Norte.

CONCLUSÃO

Existe um debate sobre a relação de causalidade entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico. Esta questão ganhou ainda mais relevância diante do processo de consolidação do setor bancário e seus efeitos sobre a concessão de crédito conforme visto no capítulo 1. Especificamente no caso brasileiro, onde a consolidação do setor bancário ganhou força após a estabilização da economia em 1994, existem estudos que apontam para uma relação causal positiva entre crescimento econômico e desenvolvimento financeiro.

Não obstante, vários autores, através de diversos testes, concluíram que há significativa desigualdade entre os estados brasileiros, tanto em termos de atendimento quanto de oferta de crédito bancário. No caso do estado do Rio de Janeiro, a análise de indicadores financeiros (depósitos, operações de crédito, empréstimos, financiamentos e número de agências) indica que o crédito também é alocado de forma desigual entre os municípios fluminenses. Há uma grande concentração bancária na região metropolitana, em particular no município carioca, cuja participação nas operações de crédito estadual foi superior a 80% durante todo o período analisado.

Por outro lado, os dados analisados no capítulo 3 parecem evidenciar um movimento de desconcentração do crédito e do atendimento bancário. As cidades do interior vêm apresentando um dinamismo diferenciado. Quanto ao atendimento bancário, merecem destaque as cidades de Campos dos Goytacazes e Volta Redonda. Ambas possuíam menos de 30 agências (20 e 22 respectivamente) em 2000, início do período analisado, e em 2009, último ano da série, passaram a ter 30 e 32 agências respectivamente. A primeira cidade faz parte da Bacia de Campos e tem como atividade principal a exploração de petróleo e gás, uma das atividades que mais cresce no estado, enquanto a última é sede da Companhia Siderúrgica Nacional responsável por grande parte da produção siderúrgica do estado.

Quanto à atividade econômica fluminense, após a crise econômica por que passou o estado do Rio de Janeiro durante a década de oitenta e início da de 1990, iniciou-se um aparente processo de recuperação com destaque para a indústria extrativa, concentrada quase que exclusivamente no petróleo. Desta forma, a retomada do crescimento está intimamente associada ao desenvolvimento das

idades do interior, que estão se firmando como polos regionais de prestação de serviços e atividades comerciais.

Assim, quando relacionamos os dados bancários apresentados no capítulo anterior com os dados relativos à distribuição da atividade econômica no território fluminense, apresentados no capítulo 2, podemos concluir que embora exista uma concentração de crédito maior que a concentração econômica na região metropolitana, as cidades do interior vem apresentando um dinamismo diferenciado evidenciando certa tendência à desconcentração do crédito que tem acompanhado o movimento de crescimento da atividade econômica nesses municípios, reforçando a relação entre desenvolvimento econômico e financeiro. Ainda assim, a concentração econômica e da atividade bancária na região metropolitana mantém-se em níveis elevados.

Podemos concluir, então, que cabe a utilização da abordagem centro periferia, estabelecendo hierarquias, pois as cidades que não fazem parte da região metropolitana podem ser analisadas como subpolos regionais, contribuindo para a interiorização da dinâmica econômica nas regiões que concentram o movimento do capital. O trabalho de CORRÊA (2006) também conclui pela utilização dessa abordagem para as regiões brasileiras, além de encontrar evidências de um dinamismo diferenciado nas cidades de porte médio, corroborando os resultados encontrados nesta dissertação para o estado do Rio de Janeiro.

Embora a concentração bancária seja maior que a econômica, deve se levar em conta que várias operações de crédito contabilizadas na região da sede das empresas têm seus recursos aplicados em projetos de outra região. De qualquer forma, este tipo de análise não prejudica os resultados obtidos, mas indicam que esta dissertação não esgota o assunto aqui tratado, sendo possível aprofundar a pesquisa.

Uma possibilidade de aprofundamento do trabalho seria analisar os fatores determinantes da disponibilidade regional de crédito, sendo a variável dependente o crédito per capita, verificando, assim, a hipótese de que as variáveis financeiras afetam o crescimento econômico.

Outra possibilidade seria investigar o que determina a localização de uma rede de agências bancárias em uma região. Nos indicadores analisados para o estado do Rio de Janeiro, verificou-se o aumento do número de agências no grupo 3, em especial em Campos e Volta Redonda; mas quais as variáveis que

explicariam esse crescimento? Quais fatores poderiam explicar que os municípios de Carapebus, Comendador Levy Gasparian, Iguaba Grande, Japeri e Mesquita que no ano inicial da série não tinham agência, passaram a ter pelo menos uma agência cada um? Essas são questões que julgamos relevantes para aprofundamento em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ALESSANDRINI, P.; ZAZZARO, A. A 'possibilist' approach to local financial system and regional development: the Italian experience. In: MARTIN, R. (ed.). *Money and the Space Economy*. Londres, Wiley, 1999.
- ALEXANDRE, M. et al. Distribuição espacial da atividade bancária no Brasil: dimensões e indicadores. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 11-33, jan./abr., 2005.
- ALMEIDA, D.B.C. *Bancos e Concentração de Crédito no Brasil: 1995-2004*. 2007, 100 f. Dissertação (mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- AMADO, A. M. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós - keynesiana. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 417-440, set. - dez. 1997.
- AMADO, A. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, p. 76-89, jan./mar. 1998.
- ARAÚJO, E.; DIAS, J. Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico: uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003). *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 575-610, set./dez. 2006.
- ARESTIS, P.; DEMETRIADES, P. Financial development and economic growth: assessing the evidence. *Economic Journal*, v. 107, n. 442, p. 783- 799, May 1997.
- ARESTIS, P.; DEMETRIADES, P. Finance and growth: Is Schumpeter right? *Análise Econômica*, v. 6 n. 30, p. 5-21, 1998.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema financeiro nacional: informações cadastrais e contábeis*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>> Acesso em: 11/09/2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *SISBACEN*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SISBACEN>> Acesso em: 21/11/2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema financeiro nacional: composição e evolução do SFN, relatório de evolução do SFN*. 2005. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/?REVSFN200512>>, Acesso em: 27/11/2011.
- BARRAL NETO, J. F.; SILVA NETO, R. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao interior. In: FAURÉ, Y. A.; HASENCLEVER, L.; SILVA NETO, R. (org.). *Novos Rumos para a Economia Fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 25 - 46.
- BECSI, Z.; WANG, P. Financial development and growth. *Economic Review*, Federal Reserve Bank of Atlanta. 4th quarter, 1997.

- BUENO, J. C. C.; CASARIN, L. O. B. Os recursos do petróleo e as perspectivas para os investimentos no estado do Rio de Janeiro. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. (org.). *Rio: A Hora da Virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 40 – 50.
- CARVALHO, C. E.; STUDART, R.; ALVES JR., A. J. *Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente*. Brasília: IPEA, 2002. 75p. (Texto para Discussão n. 882).
- CAVALCANTE, A. et al. *Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 22 p. (Texto para discussão, 237).
- CORAZZA, G. Crise e reestruturação bancária no Brasil. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 21-42, 2001.
- CORRÊA, V.P. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico: um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, M.; JAYME JR, F. G. *Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 169-210.
- CRESPO, N. E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, R. *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003. p. 239–256.
- CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C.; VAL, V. Polarização regional e sistema financeiro. In: CROCCO, M.; JAYME JR, F. G. *Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 169-210.
- DEMETRIADES, P. O.; HUSSEIN, K. A. Does financial development cause economic growth? Time series evidence from 16 countries. *Journal of Development Economics*, v. 51, n. 2, p. 387-411, Dec.1996.
- DYMSKI, G. Exclusão e eficiência: a transformação global do core banking, um estudo de caso sobre o Brasil. In PAULA, L.F.; OREIRO, J.L. (org). *Sistema Financeiro: uma Análise do Setor Bancário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.
- DOW, S. C. The Regional Composition of the Money Multiplier Process. *Scottish Journal of Political Economy*, *Scottish Economic Society*, v. 29, n. 1, p. 22-44, fev. 1982.
- DOW, S. C. The Treatment of Money in Regional Economics. In: DOW, Sheila C. (9 ed.). *Money and Economic Process*. Aldershot: Elgar, 1987.
- DOW, S. C. *Money and the Economic Process*. Aldershot: Elgar, 1993, 232 p.
- FREITAS, A.P.G.; PAULA, L.F. Concentração Regional do Crédito e Consolidação Bancária no Brasil: Uma Análise Pós-Real. *Economia*, Brasília, v. 11, n.1, p. 97-123, jan./abr. 2010.
- FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ (RJ). *Produto Interno Bruto dos Municípios - 2005 - 2009 Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2011. 11p. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/pib/PIB_dos_municipios_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro_2009.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

- FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ (RJ). *Projeto Contas Regionais do Brasil: Produto Interno Bruto– PIB do Estado do Rio de Janeiro – 2009*. Rio de Janeiro, Nov.2011. 7p. Disponível em:
<www.fesp.rj.gov.br/ceep/pib/2009/PibdoEstadodoRiodeJaneiro2009.doc>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. *Territórios simultaneamente beneficiados por programas federais e por pagamentos de royalties decorrentes de exploração de petróleo e gás natural: subsídios para o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento sustentável*. Programa de Desenvolvimento Institucional das Administrações Locais. 45 p., Nov. 2009. Disponível em:
<http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/royalties_rjaneiro.pdf > acesso em 24 jan. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE/DECNA. *Sistema Financeiro: uma análise a partir das contas externas, 1990-1995*. Rio de Janeiro: IBGE/ANDIMA, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Contas Regionais do Brasil*. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em:
<www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm> Acesso em: 20 out. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/notas_metodologicas.shtm> Acesso em: 20 out. 2011.
- KEYNES, J. M. *A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992. 328p.
- KING, R. G.; LEVINE, R. .Financial Intermediation and Economic Development. In: MAYER, C.; VIVES, X. (eds.). *Capital Markets and Financial Intermediation*. Cambridge University Press, p. 156-189, 1993a.
- KING, R. G.; LEVINE, R. Finance and Growth: Schumpeter might be right. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 108, n. 3, pp. 717-738, 1993b.
- KING, R. G.; LEVINE, R. Finance, Entrepreneurship, and Growth: Theory and Evidence. *Journal of Monetary Economics*, vol. 32, n. 3, pp. 513-42, 1993c.
- LEMTE, Laboratório de Estudos em Moeda e Território – Cedeplar – UFMG.
- LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 2, p.688-726, Jun. 1997.
- LEVINE, R.; ZERVOS, S. Stock markets, banks, and economic growth. *The American Economic Review*, v. 88, n. 3, p.537-558, June 1998.
- MATOS, O. C. de. *Desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico no Brasil: evidências de causalidade*. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2002. 64 p. (Trabalhos para discussão; 49).
- MARTIN, R. Introduction. In: MARTIN, R. (ed). *Money and the Space Economy*. Londres, Wiley, 1999.

- MENEZES, M, et al. Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional: Notas exploratórias. In: PAULA, L.F.; OREIRO, J.L. (org.). *Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MISSIO, F.; et al. (2009) Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: evidência empírica para os estados brasileiros (1995-2004). *Texto para discussão* n. 379. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG.
- Natal, J. *O Estado do Rio de Janeiro Pós-95*. Rede urbana, dinâmica econômica, questão social. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005.
- NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. Estratégias bancárias diferenciadas no território: o caso de Minas Gerais. *Texto para discussão* n. 345. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2009. 36p.
- PAULA, L.F. *Financial Liberalization and Economic Performance: Brazil at the Crossroads*. London: Routledge, 2011.
- PAULA, L. F. R; ALVES JR., A. J. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 21, n. 29, p. 137-162, 2003.
- PAULA, L.F.R.; MARQUES, M.B.L. Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.
- PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, R.. *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003. p. 219–238.
- PUGA, F. P. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. *Texto para Discussão* n. 68. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. Financial dependence and growth. *American Economic Review*, v. 88, n. 3, p. 559-586, June 1998.
- REICHSTUL, D.; LIMA, G. T. Causalidade entre crédito bancário e nível de atividade econômica na Região Metropolitana de São Paulo: algumas evidências empíricas. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, 2006.
- ROBINSON, J. The generalization of the general theory. In: ROBINSON, Joan. *The rate of interest and other essays*, London, Macmillan, 1952.
- RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. *Regional Monetary Policy*. Abingdon: Routledge, 2006.
- SANTOS, A.M.P. *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, A.M.P. *Cidades Médias e Reestruturação Espacial na Economia Fluminense*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960. Publicação original de 1911.
- SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. In: CROCCO, M.; JAYME JR, F.G. (org.) *Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

- SILVA, G.J.C.; JAYME Jr, F.G. *Estratégia de Localização bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais. Texto para discussão n. 410*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.
- SILVA, E. M. G. da. *Cadeias Produtivas e Complexos Industriais da Economia Fluminense*. 2007, 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- SILVA, E. N. da; PORTO JR, S. da S. Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 425 – 442, jul. – set. 2006.
- SOUZA, P. F. F. da S. e; HIJAR, M. F.; B., R. P. de. Rio de Janeiro: logística e geração de vantagens competitivas. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. (org.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 137 – 145.
- VASCONCELOS, M. R. et al. O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.13, n. 22, p. 123-149, jan./jun. 2004.